Relatório & Contas 2016

Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, SA



1.Principais Indicadores 3
A. Síntese dos Indicadores Financeiros 3
B. Análise Gráfica dos Principais Indicadores 5
2.Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva 7
3.Principais Referências 8
A. Órgãos Sociais 8
B. Direção e Rede Comercial 9
C. Acionistas 10
D. Marcos da Atividade 10
4. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro 11
A. Contexto Internacional 11
B. Contexto Nacional 13
5. BAI Cabo Verde no Sistema Financeiro 15
6. Síntese da Actividade Bancária 16
7. Banca Eletrónica 22
8. Gestão de Riscos 23
8.1. Riscos Financeiros 23
8.2. Riscos Não Financeiros 26
9. Compliance 27
10. Recursos Humanos 29
11. Responsabilidade Social 30
12. Análise Financeira 32
A. Elementos do Balanço 32
B. Elementos da Demonstração de Resultados 35
C. Indicadores Económicos e Financeiros 37
13. Aprovação do Conselho de Administração 39
A. Balanço em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 40
B. Demonstração de Resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 41
C. Demonstração de Rendimento Integral 42
D. Demonstração de Alterações no Capital Próprio 43
E. Demonstração dos fluxos de caixa 44
15. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados 45
17. Relatório do Auditor Externo 92
18. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 99

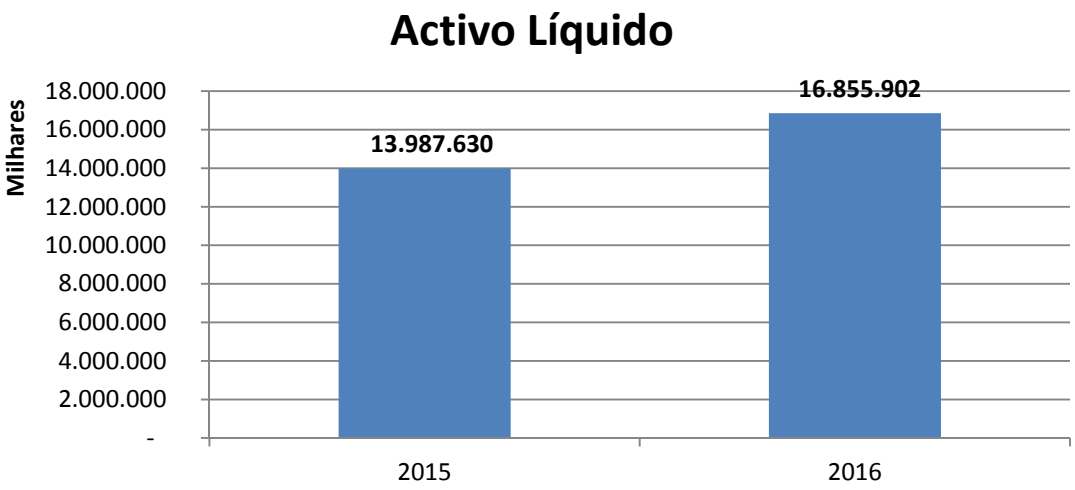
1.Principais Indicadores
A. Síntese dos Indicadores Financeiros

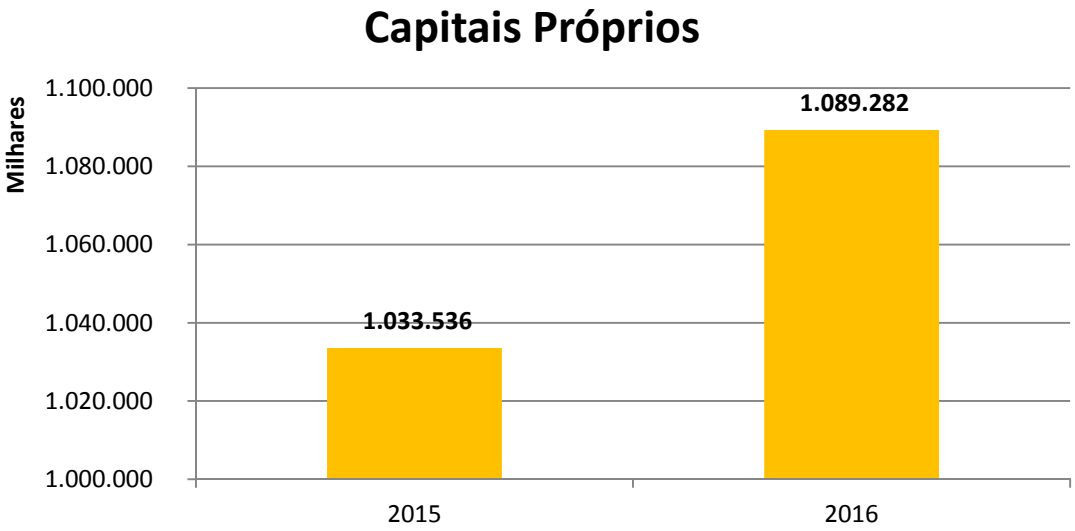
Expresso milhares ECV

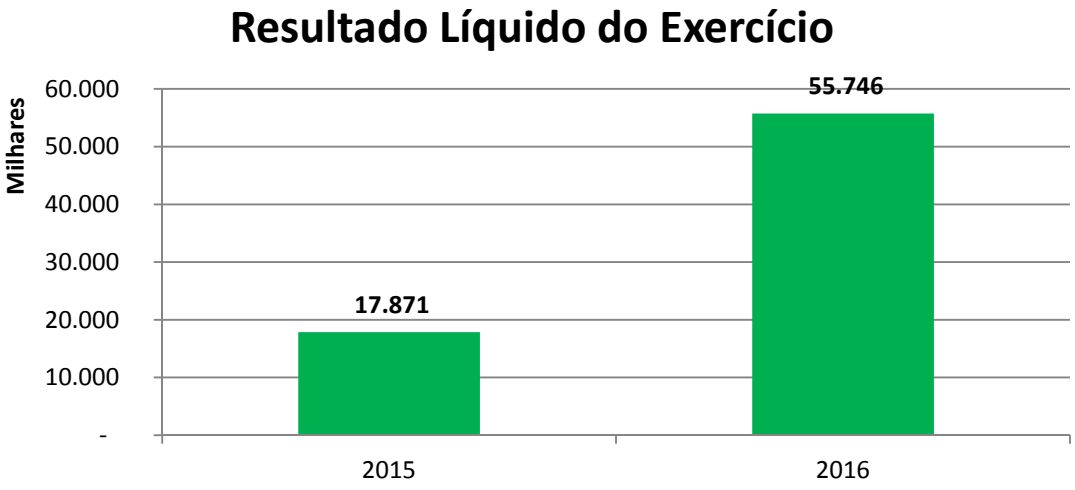
	Dez-16	Dez-15	Variação Homologa	
			Abs.	%
Balanço Patrimonial e Extra-patrimonial				
Activo Líquido	16.855.902	13.987.630	2.868.272	20,5%
Créditos s/clientes(líquidos)	7.439.099	6.410.248	1.028.852	16,1%
Crédito vincendo	7.073.056	5.877.754	1.195.302	20,3%
Crédito e juros vencidos	721.386	818.374	- 96.987	-11,9%
Crédito e juros vencidos (sem créditos titulados)	349.724	413.209	- 63.485	-15,4%
Imparidade	355.343	285.880	69.463	24,3%
Garantias e avales prestados	369.812	441.246	- 71.435	-16,2%
Créditos documentários abertos	175.614	18.800	156.814	834,1%
Créditos total	7.984.525	6.870.294	1.114.231	16,2%
Depósitos Clientes	8.915.874	6.452.965	2.462.909	38,2%
Recursos de OIF	6.248.066	6.163.663	84.403	1,4%
Passivos Subordinados	500.620	250.433	250.188	99,9%
Capitais próprios	1.089.282	1.033.536	55.746	5,4%
Actividade				
Margem financeira	474.677	422.583	52.094	12,3%
Margem complementar	128.968	113.458	15.510	13,7%
Produto Bancário líquido	603.645	536.041	67.604	12,6%
Custos de Estrutura (CGA + Custos c/ Pessoal + Amort.)	475.456	427.867	47.589	11,1%
Cash Flow	180.689	155.154	25.535	16,5%
Resultado antes de impostos (RAI)	57.963	19.787	38.176	192,9%
Resultados Líquidos do Exercício	55.746	17.871	37.875	211,9%
Acções				
Nº de acções	2.331	2.331	-	0,0%
Funcionamento				
Número de empregados	79	81	-2	-2,5%
Número Balcões	7	6	1	16,7%
Número de clientes	16.999	14.090	2.909	20,6%
Caixas Automáticas Ativas (CAs Activas)	12	12	0	0,0%
Caixas Automáticas Matriculadas (CAs Matriculadas)	12	12	0	0,0%
Produtividade/Eficiência				
Cost to income ratio	78,8%	79,8%	-1,06%	-1,3%
Margem Financeira/Produto Bancário	78,6%	78,8%	-0,2%	-0,3%
Número de clientes por empregado	215	174	42	23,8%
Activo Líquido / Número de empregados	218.907,8	177.059	41.849	23,6%
Custos de Estrutura / Activo Líquido	2,8%	3,1%	-0,2%	-7,8%
Índice de Actividades das Caixas Automáticas(CAs Activas/CAs Matriculadas)	100,0%	100,0%	0	0,0%
Rentabilidade				
Lucro líquido por acção (EPS)	23,9	7,7	16	211,9%
Taxa de Transformação 1 (Crédito/Depósitos)	83,4%	99,3%	-15,9%	-16,0%
Taxa de Transformação 2 (Crédito/Depósitos) (exclui os créditos titulados)	71,2%	84,1%	-12,9%	-15,3%
Taxa de Transformação 3 (Crédito/(Depósitos+Recursos OIF+Passivo Subordinado))	47,5%	49,8%	-2,3%	-4,7%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROAE)	5,3%	1,7%	3,5%	201,1%
Rendibilidade do activo médio (ROAA)	0,4%	0,1%	0,2%	194,2%
Gestão de Fundos				
Depósito Total / Activo	52,9%	46,1%	6,8%	14,7%
Total Crédito / Total Depósitos (Incluí Crédito por assinatura)	89,6%	106,5%	-16,9%	-15,9%
Concentração Depósitos = 20 > Depositantes / Total de Depósitos	62,0%	61,5%	0,5%	0,8%
Relevância dos Recursos de Clientes (Depósitos/Passivo Financeiro)	56,9%	50,2%	6,8%	13,5%
Qualidade dos Activos				
Crédito vencido/ Crédito Total	9,3%	12,2%	-3,0%	-24,3%
Crédito vencido/ Crédito Total (sem creditos titulados)	5,2%	7,2%	-2,0%	-27,9%
Crédito Vencido a + 90 dias (Circular 150)/Crédito Total	8,5%	10,9%	-2,4%	-22,0%
Crédito vencido / Activo Total	4,3%	5,9%	-1,6%	-26,9%

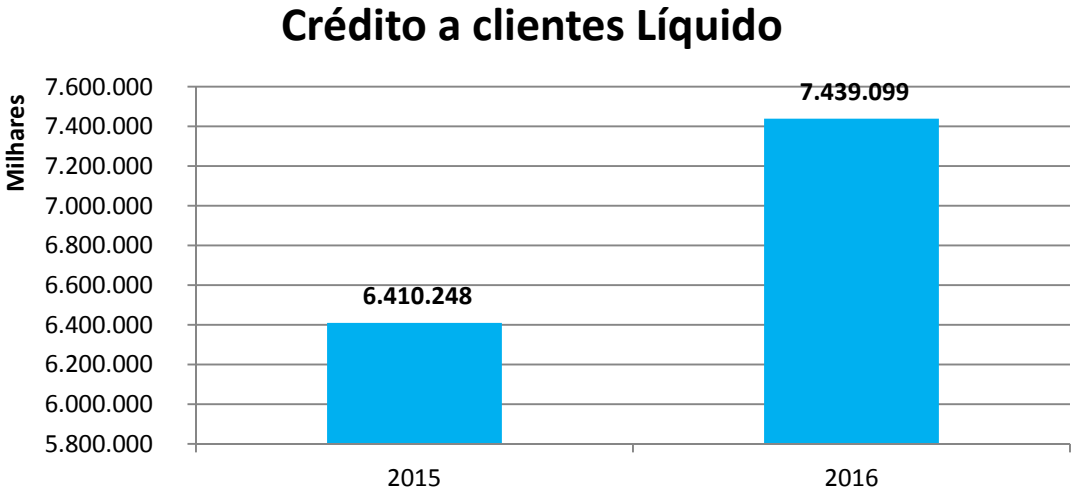
Imparidade / Total Crédito	4,6%	4,3%	0,3%	6,8%
Imparidade / Crédito e juros vencidos	49,3%	34,9%	14,3%	41,0%
Total Crédito / Total Activo	44,1%	45,8%	-1,7%	-3,7%
Concentração Devedores = 20 > Devedores / Total de Crédito	69,2%	71,7%	-2,5%	-3,4%
Provisões regulamentares/Total Crédito	2,9%	3,3%	-0,4%	-12,2%
Provisões regulamentares/Total Crédito e jurios vencidos	31,4%	27,1%	4,3%	15,9%
Adequação do capital				
Imobilizações / Fundos próprios regulamentares	26,0%	31,9%	-6,0%	-18,7%
Solvabilidade Bruta (Cap. Próprios/Activo)	6,5%	7,4%	-0,9%	-12,5%
Endividamento (Passivo/Cap. Proprios)	1447,4%	1253,4%	194,1%	15,5%
Fundos próprios de base / Activo Ponderado pelo Risco	10,2%	11,9%	-1,6%	-13,8%
Fundos próprios regulamentares / Activo ponderado pelo risco	15,3%	14,03%	1,2%	8,7%
Total Passivo / Fundos próprios regulamentares	1069,8%	1108,1%	-38,3%	-3,5%
Fundos próprios de base / Total Activo	5,9%	7,1%	-1,2%	-17,0%
(Crédito Vencido - Provisões) / Fundos próprios regulamentares	73,1%	94,5%	-21,4%	-22,7%
Financiamento do Activo financeiro(Passivo Financeiro/Activo Total)	92,9%	92,0%	0,9%	1,0%
Prudenciais				
Fundos Próprios de Base (**Tier1**)	987.753	987.927	-174	0,0%
Fundos Próprios Complementares (**Tier2**)	493.883	250.007	243.876	97,5%
Fundos Próprios Regulamentares = Tier1 + Tier2	1.473.824,2	1.169.064	304.760	26,1%
Rácio Global Solvabilidade	15,25%	14,03%	1,2%	8,7%
Rácio Minimo de adequação FP de Base	10,22%	11,86%	-1,6%	-13,8%
Cobertura Imobilizado	435,4%	332,5%	102,9%	30,9%
Limite Concentração Risco Crédito-Empresa Grupo	296.327	247.587	48.740	19,7%
Limite Concentração Risco Crédito-Empresa Individual	370.409	309.483	60.926	19,7%
Limite Concentração Risco Crédito-Grande Risco	148.164	123.793	24.370	19,7%
Rácio Titulos Divida Pública/Depósitos Clientes	46,3%	49,7%	-3,3%	-6,7%
Cobertura das Responsabilidades	58,3%	74,6%	-16,4%	-21,9%
Provisões regulamentares	226.436	221.591	4.845	2,2%
Liquidez e Gestão de Fundos				
Liquidez Geral	50,55%	47,2%	3,4%	7,2%
Liquidez Reduzida	23,23%	21,6%	1,6%	7,6%
Liquidez Imediata	20,2%	17,2%	3,0%	17,4%

B. Análise Gráfica dos Principais Indicadores








Crédito a clientes Líquido
Milhares
7.600.000
7.400.000
7.200.000
7.000.000
6.800.000
6.600.000
6.400.000
6.200.000
6.000.000
5.800.000
6.410.248
7.439.099
2015
2016

2.Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

No ano 2016 o BAI Cabo Verde reforçou a sua presença orgânica com a abertura da sua 7ª agência localizada em Santa Maria. De uma forma geral, temos tido a percepção do maior interesse de empresas, particulares, instituições, e emigrantes na diáspora, em trabalhar com o BAI Cabo Verde, como banco de sua preferência.

Nós acreditamos que essa escolha tem-se afirmado pela ética e competência no desempenho, pela agilidade e confiança nos serviços prestados, pela proximidade e eficiência na entrega de soluções financeiras aos clientes, pela comunicação oportuna, simples e directa, e pela imagem de sucesso percebida pelos clientes e publico.

A chave desse sucesso está no trabalho árduo e inspirado das equipas de front-office nas agências e de middle e back-office dos serviços centrais, que encontram nos objectivos e metas do banco a fonte de inspiração, conhecem e interpretam bem os seus papéis e responsabilidades e procuram estar à altura dos pedidos de clientes e por em prática as exigentes regras de conformidade, controlo interno e procedimentos internos do banco. Essa combinação tem sido crítica para renovar a confiança no futuro do banco e na sua capacidade de se posicionar como um dos players do mercado com margem para crescer e liderar no seu target.

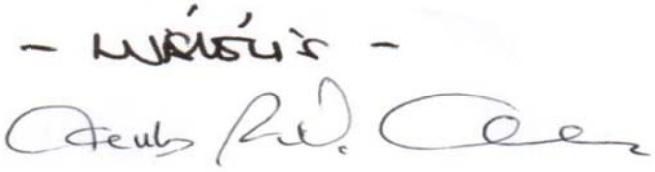
Por essa razão, temos assistido nos últimos doze meses ao expressivo crescimento da base de clientes, das carteiras de depósitos e de crédito, e do balanço patrimonial. O BAI Cabo Verde atingiu em finais de 2016, a meta de mais de 16 mil clientes e um activo patrimonial liquido de mais de 16 mil milhões de Escudos. O lançamento dos cartões pré-pagos Visa Cool e cartões de crédito Mastercard Morabeza, e a procura na emissão que se tem feito sentir, vem indicar a confiança nos produtos do BAI Cabo Verde e nos serviços que prestamos.

Os rácios de eficiência, de transformação, de rentabilidade, de liquidez, e de solvabilidade melhoraram de forma expressiva nos últimos 12 meses. Os indicadores de qualidade do crédito e de cobertura das imparidades constituídas em relação ao crédito vencido situam o BAI Cabo Verde numa posição de destaque no seu tier no mercado.

O Banco tem dado atenção ao desenvolvimento de políticas, estratégias e acções de valorização e motivação contínua dos colaboradores como parte da política de desenvolvimento do capital humano.

A terminar, queremos agradecer a atenção e compreensão bem como testemunhar o apreço e consideração de todas as autoridades nacionais, entidades de regulação bancária e de supervisão financeira, e a dedicação dos colaboradores, e expressar o compromisso da administração do BAI Cabo Verde de contribuir para a solidez financeira do banco e o reforço do sector financeiro de Cabo Verde.

Cidade da Praia, 20 de Fevereiro de 2017



3.Principais Referências

A. Órgãos Sociais

Mesa Assembleia Geral

Silvino Manuel da Luz
Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Alexandre Augusto Borges Morgado
Secretário

Conselho de Administração

Luís Filipe Rodrigues Lélis
Presidente do Conselho de Administração
Manuel Jesus Costa
Administrador Não Executivo
Carlos Augusto Bessa Victor Chaves
Administrador
Carla Monteiro do Rosário
Administradora
David Luís Dupret Hopffer Almada
Administrador

Comissão Executiva

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves
Presidente
Carla Monteiro do Rosário
Administradora Executiva
David Luís Dupret Hopffer Almada
Administrador Executivo

Conselho Fiscal

António Querido dos Reis Borges
Presidente do Conselho Fiscal (independente)
Margarida Maria Varela de Carvalho
Vogal Efectivo
Albertino Xisto Almeida
Vogal Efectivo
Vera Lúcia Silva de Matos da Luz
Vogal Suplente
José Carlos Ramos Cunha
Vogal Suplente

Auditor externo

PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda

Representada por Carlos José Figueiredo Rodrigues

B. Direção e Rede Comercial

Direção

DIREÇÃO *MANAGEMENT*		
Direcção Financeira e Contabilidade – DFC *Financial and Accounting Department – DFC*	Hercules Cruz	Diretor *Head*
Direcção de Organização e Sistemas de Informação – DOS *Organisation and Information Systems Department – DOS*	Eder Pina	Diretor *Head*
Direção de Operações – DOP *Operational Department – DOP*	Areolino Carvalho	Diretor *Head*
Direção Comercial – DCM *Commercial Department – DCM*	Amilton Fernandes	Diretor *Head*
Direção Administrativa – DAD *Administrative Department – DAD*	Ricardo Maximiano	Diretor *Head*
Gabinete de Auditoria e Inspecção – GAI *Audit and inspection Office– GAI*	Paulino Gonçalves	Director *Head*
Gabinete de Marketing e Comunicação – GMC *Marketing and Communication Office – GMC*	Eder Pina	Diretor *Head*
Gabinete Planeamento, Controlo e Risco – GPR *Planning, Control and Risk Office – GPR*	Olga Barbosa	Diretora *Head*
Gabinete Jurídico e Compliance – GJC *Legal and Compliance Office – GJC*	António Monteiro	Director *Head*

Rede Comercial

REDE COMERCIAL *BRANCH OFFICE NETWORK*		
Agência da Praia (Sede) *Praia Branch (Head Office)*	Rogério Tavares	Gerente *Manager*
Agência do Plateau – Ilha de Santiago – Cidade da Praia *Plateau Branch – Island of Santiago – Praia*	Rei Igo Baptista	Gerente *Manager*
Agência da Achada Santo António – Ilha de Santiago – Cidade da Praia *Achada Santo António Branch – Island of Santiago – Praia*	Moisés Martins	Gerente *Manager*
Agência do Espargos – Ilha do Sal *Espargos Branch – Island of Sal*	Eneida Teixeira	Gerente *Manager*
Agência de Santa Maria – Ilha do Sal *Santa Maria Branch – Island of Sal*	Eneida Teixeira	Gerente *Manager*
Agência do Mindelo – Ilha de S. Vicente *Mindelo Branch – Island of S. Vicente*	Isanete Luz	Gerente *Manager*
Agência de Assomada – Ilha de Santiago *Assomada Branch – Island of Santiago*	Kateline Monteiro	Gerente *Manager*

C. Acionistas

Acionistas *Shareholders*	2015			2016		
	Parte no Capital *Equity Investment*	Participação *Amount*	Nº de Ações *Nº Shares*	Parte no Capital *Equity Investment*	Participação *Amount*	Nº de Ações *Nº Shares*
BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS SA	80,4%	1.874.695.000	1.874.695	80,4%	1.874.695.000	1.874.695
SONANGOL CABO VERDE SA	16,3%	380.000.000	380.000	16,3%	380.000.000	380.000
SOGEI - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS SA	3,3%	76.100.000	76.100	3,3%	76.100.000	76.100
TOTAL *TOTAL*	**100,0%**	**2.330.795.000**	**2.330.795**	**100,0%**	**2.330.795.000**	**2.330.795**

D. Marcos da Atividade

12-02-2016

- ✓ Inauguração Agência Santa Maria

16-02-2016

- ✓ Doação à Residência Estudantil Madre Teresa de Calcutá – Produção de agendas

22-02-2016

- ✓ Doação à Câmara Municipal de São Vicente – Prémios para os vencedores do Carnaval de São Vicente

09-03-2016

- ✓ Assinatura do Protocolo com o Clube Desportivo Travadores

11-03-2016

- ✓ Patrocínio à RTC – Transmissão em Directo do Carnaval de São Vicente

15-03-2016

- ✓ Primeiro Encontro do Corpo Directivo em 2016

29-06-2016

- ✓ Doação ao Hospital Agostinho Neto - Projecto IV Edição "Eu Posso Ajudar"

18-08-2016

- ✓ Lançamento do Crédito Consumo + e do Crédito a Pequenos Negócios

30-08-2016

- ✓ Segundo Encontro do Corpo Directivo em 2016

12-09-2016

- ✓ Lançamento do Cartão Pré Pago "Visa Cool"

20-09-2016

- ✓ Doação à Associação Juvenil Black Panthers - Pagamento das propinas e material escolar dos estudantes bolseiros

28-09-2016

- ✓ Doação à Escola de Ensino Básico SOS - Hermann Gmeiner – Reabilitação da casa de banho das meninas

28-10-2016

- ✓ Doação ao Grupo We Believe – Comemoração do dia Mundial da Luta contra o Cancro da Mama

10-11-2016 a 08-12-2016

- ✓ Comemoração 8º Aniversário do Banco

22-11-2016

- ✓ Lançamento dos Cartões de Crédito MasterCard

03-12-2016

- ✓ Patrocínio à Fundação Infância Feliz - 15ª Edição do Jantar Beneficente

05-12-2016

- ✓ Patrocínio ISCEE - Palestra Internacional sobre a Educação e a Cidadania Fiscal

23-12-2016

- ✓ Entrega de donativos recolhidos à Associação Juvenil Black Panthers

4. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro

Apesar de o cenário internacional caracterizar-se, em 2016, por crescimentos modestos das economias da União Europeia e dos EUA, devido aos efeitos da votação favorável ao Brexit que conduziu ao aumento de incertezas nos mercados e nas relações do Reino Unido com a União Europeia, no primeiro caso e redução acentuada do investimento, baixo crescimento dos gastos governamentais, associadas ainda às incertezas debitadas pelas eleições presidenciais de novembro, no segundo caso, a economia cabo-verdiana manteve-se relativamente favorável nos três primeiros trimestres do ano.

A. Contexto Internacional

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial deverá crescer em 2016 em torno de 3,1% antes de recuperar para os 3,4% em 2017. O FMI reviu, em baixa, as suas previsões em 0,1 pontos percentuais para 2016 e 2017 face às previsões de Abril, refletindo, particularmente, a desaceleração do crescimento dos EUA e o impacto do voto favorável ao Brexit, que debita incertezas quanto às futuras relações institucionais e comerciais entre o Reino Unido e a União Europeia. Em relação às economias emergentes há perspetivas de retoma, em função das expectativas de taxas de juro mais baixas nas economias avançadas, do reequilíbrio económico da China e inversão da tendência de diminuição dos preços dos commodities face ao ano de 2015.

EUA: A economia dos EUA conheceu um crescimento de 1,6% e 1,3%, respetivamente no primeiro e segundo trimestres de 2016, entretanto um registo inferior ao verificado no ano anterior cujos crescimentos homólogos cifraram-se em 3,3% e 3,0%, respetivamente, conforme informações do Bureau of Economic Analysis. Não obstante o aumento do consumo privado, devido à melhoria no rendimento bruto das famílias fortalecido pela redução do desemprego e baixa taxa de inflação, a desaceleração do crescimento económico dos EUA deveu-se à redução acentuada do investimento, particularmente nos sectores energéticos e de existências, bem como ao crescimento tímido dos gastos governamentais e decréscimo das exportações líquidas, em função da redução das exportações em -0,9% e -1,1% no primeiro e segundo trimestres respetivamente. Outrossim, as incertezas associadas às eleições presidenciais realizadas em novembro condicionaram negativamente a evolução das atividades industriais de produção de bens e o setor dos serviços no país. O FMI projeta um crescimento da economia dos EUA de 1,6% e 2,2% para 2016 e 2017, respetivamente. A evolução menos otimista do crescimento em 2016 é explicada pelos efeitos do ciclo de

correção das existências, da retração dos investimentos no setor energético, pela contínua apreciação do dólar e pelas incertezas associadas à eleição do novo presidente. Entretanto, em 2017, perspetiva-se uma melhoria dos mercados de trabalho e residencial, bem como uma retoma dos preços dos bens energéticos, situações que permitirão um crescimento mais favorável da maior economia mundial.

Zona Euro: De acordo com o gabinete de produções estatísticas da União Europeia, Eurostat, a Área Euro cresceu, em termos homólogos, 1,7% e 1,6%, respetivamente nos primeiros dois trimestres do ano 2016, mantendo-se ligeiramente dinâmica, apesar dos efeitos da votação favorável ao Brexit que conduziu ao aumento de incertezas nos mercados financeiros e cambiais e consequente desaceleração da economia britânica, devido à deterioração da confiança dos agentes económicos, contagiando assim as suas decisões de consumo, poupança e investimento, por um lado, e à incerteza perante as relações do Reino Unido com a União Europeia, por outro.
O desempenho económico, relativamente positivo, da Zona Euro durante o primeiro semestre de 2016 foi impulsionado pelo aumento da procura interna, consubstanciado na aceleração do crescimento dos consumos privado e público, não obstante a evolução negativa da procura externa líquida da região. De facto, a diminuição verificada nos preços do petróleo e a redução do desemprego tiveram efeitos positivos no rendimento real das famílias, por um lado, e o aumento do consumo público, na ordem dos 4% no primeiro semestre, dois pontos percentuais acima do valor registado no período homólogo, refletiu a sua orientação orçamental ligeiramente expansionista, por outro. De acordo com o FMI os baixos preços de energia e as condições financeiras e orçamentais acomodatícias sustentam a recuperação da economia europeia, ainda que tenuemente, perspetivando um crescimento de 1,7% em 2016 e 1,5% em 2017.

Japão: A economia japonesa apresentou, no segundo trimestre de 2016, um crescimento de 0,7%, após um registo de 2,1% no primeiro trimestre derivado, principalmente, da fraca demanda global associada ainda ao baixo investimento das empresas. Neste cenário de contracção económica, o FMI reviu em baixa as suas previsões para 2016 perspetivando que o produto cresça 0,5% em 2016 e 0,6% em 2017.

Países emergentes e em desenvolvimento: Apesar da conjuntura externa registar crescimentos globalmente moderados, as economias emergentes e em desenvolvimento registaram, até outubro de 2016, uma ligeira melhoria face ao primeiro semestre, período em que se registou uma desaceleração devido à diminuição da procura da União Europeia e dos EUA, levando o FMI a projectar um crescimento de 4,2% e 4,6%, respetivamente para o ano 2016 e 2017. Este cenário resulta das previsões do crescimento da China em 6,6% para 2016, embora inferior ao registado em 2015 (6,9%), em função do aumento do consumo e a dinamização das actividades industriais e serviços que apontam para o reequilíbrio entre a procura interna e a oferta. Por outro lado, a economia brasileira apesar de permanecer em recessão, devido à diminuição dos preços dos commodities, ao reajustamento dos preços em 2015 e à incerteza política, já demonstra sinais de retoma da actividade, tendo o FMI projectado um crescimento ainda que negativo em 2016 (-3,3%) e 0,5% em 2017, depois de um crescimento negativo de -3,8% em 2015. A economia da Rússia, por seu turno, mostra sinais de estabilização à medida que ajusta dos efeitos da diminuição ocorrida no preço do

petróleo e das imposições de sanções por parte dos EUA e da União Europeia, bem como da melhoria nas condições de financiamento.

Commodities: O preço dos commodities vem aumentando desde fevereiro de 2016, com crescimentos mais robustos associados aos combustíveis, particularmente petróleo e carvão, em torno dos 22% até outubro de 2016. No mesmo sentido, os preços dos metais e produtos agrícolas também descreveram aumentos em torno de 12% e 9%, respetivamente no período compreendido entre fevereiro e outubro de 2016. O FMI prevê assim inversão da tendência no índice dos commodities para 2016 e 2017, tanto no que se refere ao preço do petróleo como dos produtos agrícolas e outras matérias-primas. Com efeito, estima-se um crescimento de -15, 4% no preço do petróleo para 2016, depois de uma queda de -47,2% em 2015 e -2,7% nos produtos agrícolas e outros, depois de uma queda de -17,5% em 2015. Porém, para 2017, as estimativas do FMI são mais animadoras, com crescimentos previstos de 17,9% no preço do petróleo e 0,9% no preço dos produtos agrícolas e outras matérias-primas.

B. Contexto Nacional

Procura e Oferta: Os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam para uma maior dinâmica da economia cabo-verdiana, tendo o produto interno bruto (PIB) crescido 4,7 % no primeiro semestre de 2016, face a um crescimento de apenas 0,9% ocorrido no período homólogo. Pelo lado da oferta registaram-se contributos dos setores da administração pública, da agricultura e de alojamento e restauração, enquanto do lado da procura, os indicadores disponíveis sugerem que o crescimento esteja a ser impulsionado pela recuperação da procura interna. Esta sustenta-se no crescimento do consumo (privado e público) e do investimento privado, numa conjuntura de aumento do rendimento disponível bruto real das famílias (não obstante a redução das remessas de emigrantes), de alguma recuperação da confiança dos consumidores e empresários, bem como do crescimento do crédito à economia, que registou um crescimento homólogo de 4,7%, sobretudo devido ao financiamento de empresas não financeiras privadas e particulares.

Preços: Até o mês de agosto de 2016, a inflação média anual cifrou-se em -1,0%, abaixo do registado no período homólogo de 2015 (0,9%). Este cenário consubstancia-se na diminuição dos preços dos bens importados devido ao crescimento modesto da União Europeia e EUA, principais parceiros económicos do país. Igualmente, em 2016 colheu-se os efeitos do bom ano agrícola registado no ano anterior com aumento da produção de produtos. Por outro lado, a reposição, por parte do Estado, da taxa do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e a deflação das classes de rendas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e de transportes explicam a diminuição da taxa de inflação homóloga ao longo de 2016.

Contas Externas: A diminuição dos preços de produtos importados, o aumento da procura turística junto dos principais mercados emissores, bem como o aumento da exportação de serviços empresariais e de mercadorias, mormente a recuperação das exportações do pescado enlatado, contribuíram favoravelmente para o excedente da balança corrente na ordem dos 11 milhões de euros, apesar de evoluções desfavoráveis dos rendimentos de investimento direto estrangeiro, dos donativos e das remessas dos emigrantes. O défice da balança de pagamentos reduziu, no primeiro semestre de 2016, em 37% face ao período homólogo

anterior tendo contribuído a recuperação das exportações de mercadorias e serviços, não obstante o crescimento do valor das importações no contexto de aumento da procura agregada. Apesar do défice da balança de rendimentos e da balança financeira, que reflete as necessidades de financiamento da economia, o excedente corrente e de capital têm compensado o défice financeiro, determinando a expansão do saldo da balança global e, consequentemente, a acumulação de reservas internacionais líquidas, que continuaram a garantir mais de seis meses de importações de bens e serviços projetadas para o ano.

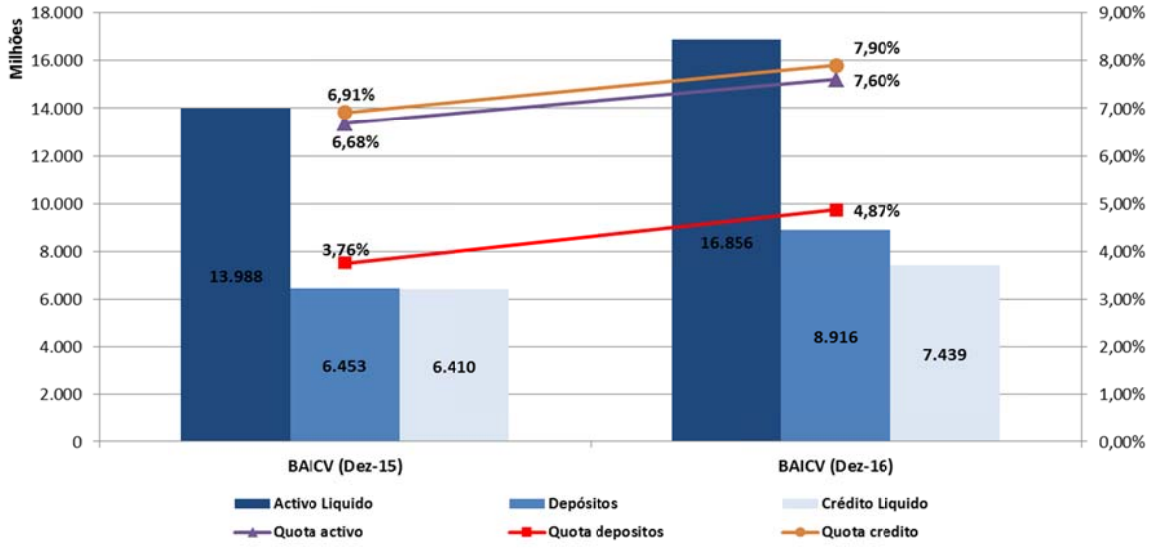
Contas Públicas: Os dados disponíveis pelo Banco de Cabo Verde (BCV) até o primeiro semestre de 2016 demonstram um aumento do défice orçamental em 8,8% em relação ao período homólogo de 2015, sustentado no aumento das despesas correntes em 7,5%, paralelamente à redução no ritmo de crescimento das receitas orçamentais de 11% em 2015 para 5,1% em 2016. Com efeito, o ano 2016 foi caracterizado pela realização de três eleições, repercutindo nas despesas de funcionamento o pagamento de subsídios de reintegração aos membros do anterior governo. Por outro lado, o aumento do custo com o pessoal da administração pública, nomeadamente provenientes da implementação do novo estatuto da carreira diplomática no primeiro semestre de 2016, o aumento do salário dos professores e da polícia judiciária no início do ano pressionaram a evolução das despesas correntes ao longo do primeiro semestre de 2016, apesar das reduções dos gastos com a aquisição de bens e serviços e ativos não financeiros em 4% e 31,9% respetivamente. Por seu turno, o abrandamento das receitas é justificado pelas reduções dos rendimentos sobre a propriedade, dos impostos sobre o rendimento de pessoas coletivas e de selo, em consonância com a diminuição dos donativos, invertendo a tendência verificada em 2015 do aumento excecional para financiar a reconstrução de infra-estruturas destruídas na sequência da erupção vulcânica na ilha do Fogo. Para 2017 as projecções apontam para uma estratégia de consolidação das finanças públicas essencialmente por meio das receitas, sustentado no crescimento das receitas fiscais em 10,4% e venda dos ativos não financeiros pertencentes ao Estado em 505,2%.

5. BAI Cabo Verde no Sistema Financeiro

Durante o ano 2016, à semelhança dos últimos anos, o BAICV assinalou melhorias no crescimento das suas actividades, aprimorando cada vez mais a qualidade dos produtos e serviços disponibilizados aos seus clientes, em soluções de pagamento, poupança e investimento.

O Ativo Líquido, o Crédito Líquido e os Depósitos do BAICV referente ao exercício 2016 representavam cerca de 7,6%, 7,90% e 4,87 %, respectivamente, do total do Sistema Financeiro verificado no mês de Setembro 2016 face aos 6,68%, 6,91 % e 3,76%, respetivamente, verificado em Dezembro de 2015.

Gráfico 1 – BAICV no sistema financeiro

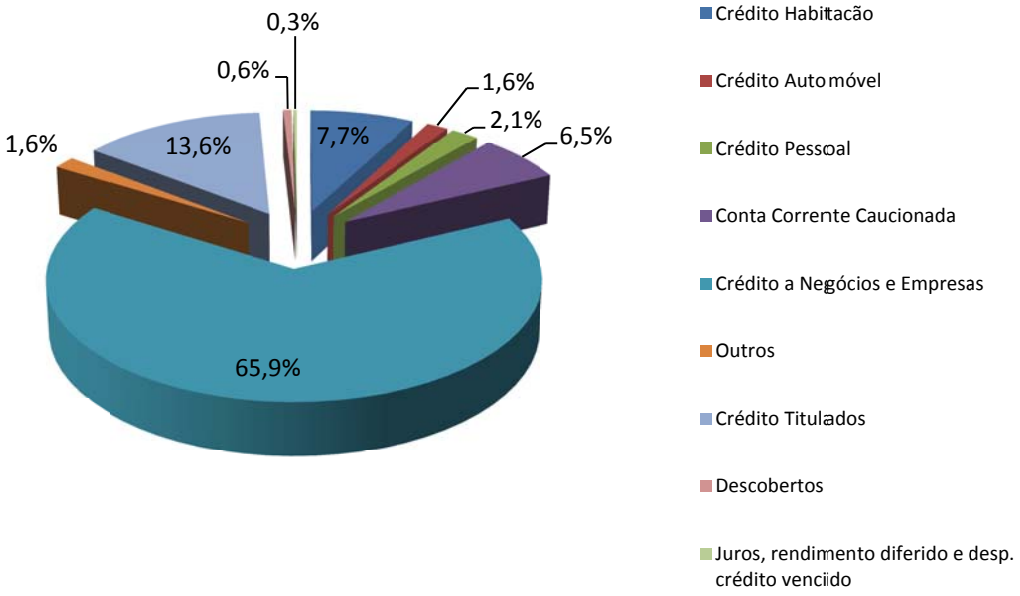


6. Síntese da Actividade Bancária

Carteira de Crédito

Em 2016 o Banco registou um aumento da sua Carteira de Crédito atingindo os **7.794.442 Milhares de escudos** sendo que 66%, no valor de 5.138.245 Milhares de escudos, corresponde à categoria **"Crédito a Negócios e Empresas".** Também com peso expressivo na carteira do banco esteve, em 2016, os **"Créditos Titulados"** que atingiram o valor de 1.063.379 Milhares de escudos, representando 13,7% do total da carteira.

Gráfico 2 - Carteira de Créditos por Produto



Verificou-se um aumento do valor da carteira de crédito em 1.098.315 Milhares de escudos face a 2015, ano em que o valor estabeleceu-se nos 6.630.006 Milhares de escudos, derivado dos aumentos ocorridos na categoria "**Crédito a Negócios e Empresas"**, que passou de 4.353.242 Milhares de escudos em 2015 para 5.138.245 Milhares em 2016, representando uma evolução de 785.003 Milhares de escudos adicionais, ou seja um acréscimo de 18%. Outrossim, a categoria "Conta Corrente Caucionada", apesar do peso relativo (6,5%) no total da carteira, descreveu um aumento de 44,2% face ao período homólogo crescendo mais 156.397 Milhares de escudos. A carteira de Créditos Titulados evidenciou, de igual modo, um aumento de 15% face ao ano de 2015, traduzido numa evolução adicional de 138.341 Milhares de escudos, derivado essencialmente da subscrição, em 2016, de novos títulos da TACV. Os Créditos Automóvel, Pessoal e Habitação também aumentaram em 50,3%, 11,7% e 4,3%, respectivamente.

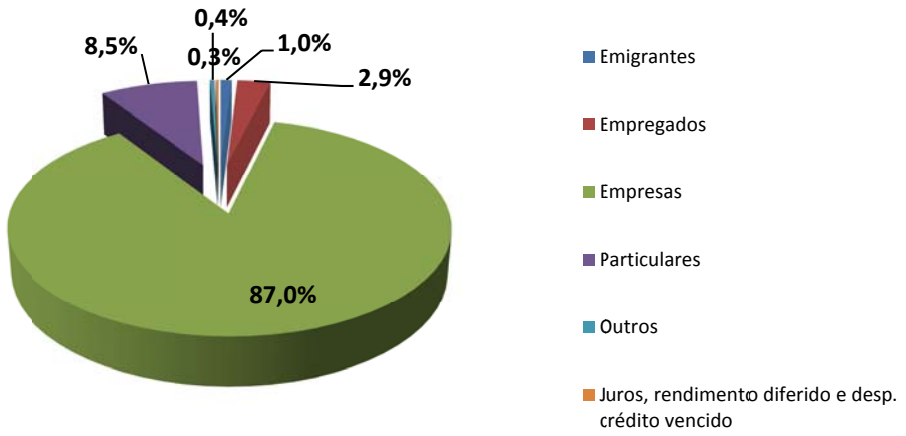
Quadro 1 - Carteira de Créditos por Produto – Evolução

Milhares CVE

Tipo de Crédito *Type of credit*	2016 Valor	*Peso*	2015 Valor	*Peso*	*Variação* *Abs.*	*%*
Crédito Habitacão *Housing Loans*	598.672	*7,7%*	574.231	*8,6%*	*24.441*	*4,3%*
Crédito Automóvel *Vehicle Finance*	124.537	*1,6%*	82.866	*1,2%*	*41.671*	*50,3%*
Crédito Pessoal *Personal Loans*	161.860	*2,1%*	144.961	*2,2%*	*16.899*	*11,7%*
Conta Corrente Caucionada *Secured Current Accounts*	509.890	*6,5%*	353.493	*5,3%*	*156.397*	*44,2%*
Crédito a Negócios e Empresas *Companies and Business Loans*	5.138.245	*65,9%*	4.353.242	*65,0%*	*785.003*	*18,0%*
Crédito Titulados *Securitised Loans*	1.063.379	*13,6%*	925.038	*13,8%*	*138.341*	*15,0%*
Descobertos *Overdrafts*	48.403	*0,6%*	85.568	*1,3%*	*-37.166*	*-43,4%*
Outros *Others Loans*	128.268	*1,6%*	110.606	*1,7%*	*17.662*	*16,0%*
Juros, rendimento diferido e desp. crédito vencido *Interests*	21.189	*0,3%*	66.122	*1,0%*	*-44.933*	*-68,0%*
Total *Total*	**7.794.442**	***100%***	**6.696.128**	***100%***	***1.098.315***	***16,4%***

A análise por segmentos apresenta as **Empresas** como o segmento *core* do Banco, em 2016, com um montante total de 6.778.938 Milhares de escudos, cerca de 87% do total do crédito em carteira, traduzido essencialmente em Crédito a Negócios Empresas (cerca de 74,7%) e Créditos Titulados (15,2%), seguido dos créditos concedidos aos **Particulares**, no montante de 664.688 Milhares de escudos (8,5%), traduzidos basicamente em créditos à habitação (45,6%) e crédito pessoal (21,2%). Os segmentos **Empregados**, **Emigrantes** e **Outros**[1], com 222.962 Milhares de escudos, 75.164 e 31.501 Milhares de escudos, respectivamente 2,9%, 1% e 0,4% completam o valor total da carteira de crédito do BAICV em 2016. Aproximadamente 90% dos créditos atribuídos aos segmentos Empregados e Emigrantes referem-se ao produto Crédito à Habitação.

Gráfico 3 - Carteira de crédito Segmento de Clientes



[1] Inclui o sector "Public Nacional Company"

Comparativamente com o ano de 2015 realça-se o aumento em 17,5% na carteira de crédito concedidos do segmento Empresas, traduzidos em mais 1.008.816 Milhares de escudos derivados, essencialmente, dos empréstimos a Negócios Empresas e dos títulos subscritos em 2016, como referido anteriormente. Note-se, igualmente, um aumento de 19,2% nos créditos a Particulares, traduzidos num crescimento de 107.199 Milhares de escudos, impulsionado sobretudo pela evolução do Crédito Habitação (46%), do Crédito Pessoal (21%) e do Crédito Automóvel (9%), não obstante a variação negativa do Crédito Habitação (-3%).

Os créditos concedidos aos Empregados aumentaram, em 18,6% ascendendo o montante total de 222.962 Milhares de escudos, ou seja mais 34.938 Milhares de escudos comparativamente com o ano anterior. Em sentido contrário, o segmento Emigrantes evidenciou uma diminuição de -9,3% evoluindo dos 82.869 Milhares de escudos em 2015 para os 75.164 Milhares de escudos em 2016.

Quadro 2- Carteira de Crédito por Segmento – Evolução

Milhares CVE

Segmento de Crédito *Credit Segment*	2016		2015		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Abs.	%
Empresas *Companies*	6.778.938	87,0%	5.770.123	86,2%	1.008.816	17,5%
Particulares *Individual Customers*	664.688	8,5%	557.489	8,3%	107.199	19,2%
Empregados *Employees*	222.962	2,9%	188.024	2,8%	34.938	18,6%
Emigrantes *Emigrants*	75.164	1,0%	82.869	1,2%	-7.705	-9,3%
Outros* *Others*	31.501	0,4%	31.501	0,5%	0	0,0%
Juros, rendimento diferido e desp. crédito vencido *Interests*	21.189	0,3%	66.122	1,0%	-44.933	-68,0%
Total *Total*	**7.794.442**	**100%**	**6.696.128**	**100%**	**1.098.315**	**16,4%**

**Inclui Sector "Public Nacional Company"*

Em termos de prazos importa referir que a carteira do BAICV compõe-se em 87,3% por Créditos de Médio e Longo Prazos, com um montante de 6.803.863 Milhares de escudos, cujo aumento foi de 14,6% face ao período anterior, ou seja mais 866.435 Milhares de escudos predominando claramente face aos de Curto Prazo. Ainda assim, o peso desta categoria de créditos na carteira reduziu face a 2015, ano em que esteve próximo dos 90%.

Quadro 3 - Carteira de Créditos por Prazos

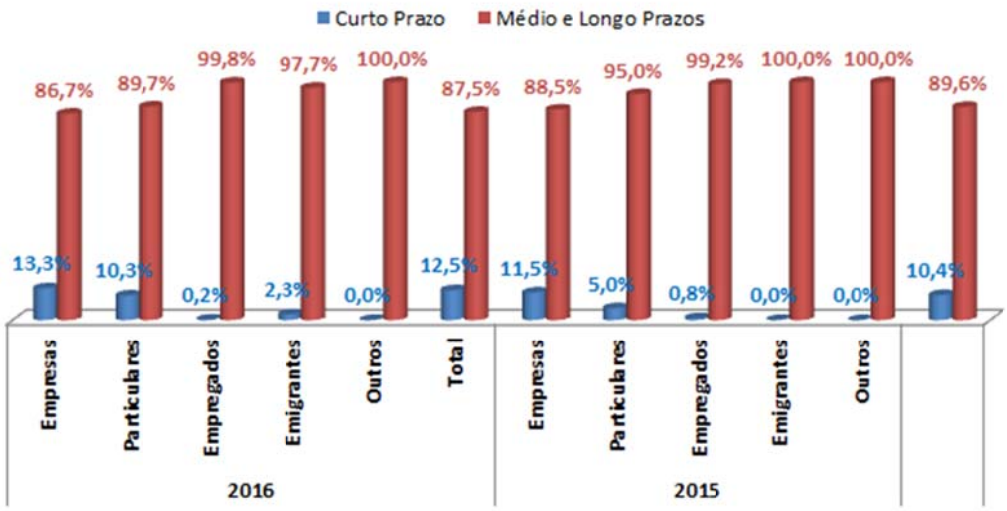
Milhares CVE

Crédito por Prazos *Credit by Maturity*	2016		2015		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Abs.	%
Curto Prazo *Short term*	969.390	12,4%	692.577	10,3%	276.814	40,0%
Médio e Longo Prazos *Medium and Long term*	6.803.863	87,3%	5.937.429	88,7%	866.435	14,6%
Juros, rendimento diferido e desp. crédito vencido *Interests*	21.189	0,3%	66.122	1,0%	-44.933	-68,0%
Total *Total*	**7.794.442**	**100%**	**6.696.128**	**100%**	**1.098.315**	**16,4%**

Dos créditos atribuídos às empresas em 2016, 86,7% são de Médio e Longo Prazos, apresentando um ligeiro decréscimo percentual face a 2015 em que o valor atribuído cifrou-se nos 88,5%. Em relação aos

Particulares, do total atribuído 89,7% representou Créditos de Médio e Longo Prazos, descrevendo, igualmente, uma redução face ao peso de 2015 (95%). Os créditos atribuídos aos Empregados e Emigrantes consubstanciam-se, quase que totalmente, em empréstimos de Médio e Longo Prazos.

Gráfico 4 - Carteira de Créditos por Prazos e por Segmentos



O Banco totalizou 355.343 milhares de escudos de Imparidade de crédito a 31 de Dezembro de 2016 (4,6% da carteira total), o que representa um aumento de 69.463 milhares de escudos face ao ano de 2015, cobrindo 49,3% da carteira de crédito vencido.

Recursos de Clientes

A carteira global dos Recursos de Clientes atingiu, em 2016, o montante de **8.915.874 Milhares** de escudos, representando um crescimento da carteira em 39%, o que em termos absolutos resultou num aumento de 2.462.909 Milhares de escudos face ao ano de 2015. Estes valores incluem os cheques e ordens a pagar e juros a pagar. Mais de metade da Carteira de Recursos de Clientes configura-se em Depósitos à Ordem, enquanto que 48,8% em Depósitos à Prazo, ainda assim estes últimos tiveram um contributo ligeiramente superior aos primeiros na evolução global da carteira (mais 1.233.441 Milhares face aos 1.230.804 Milhares dos Depósitos à Prazo). A carteira de Recursos do BAICV é, predominantemente, representada pelas empresas com cerca de 72% do total (considerando conjuntamente os Depósitos à Ordem e os Depósitos à Prazo).

Quadro 4 - Recursos de Clientes

Milhares CVE

Depósitos de Clientes *Customer Deposits*	2016 Valor	*Peso*	2015 Valor	*Peso*	*Variação* *Abs.*	*%*
Depósitos à Ordem/*Sight Deposits*	**4.495.942**	***50,4%***	**3.265.138**	***50,6%***	***1.230.804***	***37,7%***
Empresas/*Companies*	2.258.555	*25,3%*	1.648.148	*25,5%*	*610.407*	*37,0%*
Particulares/*Households*	1.243.759	*13,9%*	1.003.566	*15,6%*	*240.193*	*23,9%*
Empregados/*Employees*	12.374	*0,1%*	14.014	*0,2%*	*-1.640*	*-11,7%*
Emigrantes/*Emigrants*	74.322	*0,8%*	136.578	*2,1%*	*-62.256*	*-45,6%*
Outros/*Others**	906.932	*10,2%*	462.831	*7,2%*	*444.101*	*96,0%*
Depósitos à Prazo/*Term Deposits*	**4.293.591**	***48,2%***	**3.060.150**	***47,4%***	***1.233.441***	***40,3%***
Empresas/*Companies*	1.394.263	*15,6%*	949.573	*14,7%*	*444.689*	*46,8%*
Particulares/*Households*	805.729	*9,0%*	593.140	*9,2%*	*212.588*	*35,8%*
Empregados/*Employees*	16.314	*0,2%*	13.747	*0,2%*	*2.567*	*18,7%*
Emigrantes/*Emigrants*	327.286	*3,7%*	253.690	*3,9%*	*73.596*	*29,0%*
Outros/*Others**	1.750.000	*19,6%*	1.250.000	*19,4%*	*500.000*	*40,0%*
Juros a pagar/*Interest*	**126.341**	***1,4%***	**127.677**	***2,0%***	***-1.336***	***-1,0%***
Total *Total*	**8.915.874**	***99%***	**6.452.965**	***100%***	***2.462.909***	***38,2%***

** Inclui o Sector "Public National Company"*

Analisando o prazo residual dos Depósitos a Prazo conclui-se, que em 2016, 43% (1.865.147 Milhares de escudos) são recursos cujo prazo de aplicação encontram-se no intervalo entre 1 a 6 meses, percentagem idêntica à registada em 2015. Seguidos dos depósitos com prazo residual entre 1 a 2 anos, com peso de 26% (1.119.362 Milhares), um crescimento expressivo tendo em conta que a percentagem dos recursos neste intervalo em 2015 ficaram nos 4%. Porém, os depósitos com prazos superiores a 2 anos registaram um peso de 18% (786.412 Milhares de escudos) face aos 34% registados no ano anterior. Os depósitos com prazo superior aos 6 meses e até os 12 meses atingiram os 522.671 Milhares, representando 12% do total, em 2016 com uma redução em relação a 2015 cujo peso foi de 17%.

Gráfico 5 - Prazo Residual Depósitos a Prazo -2016

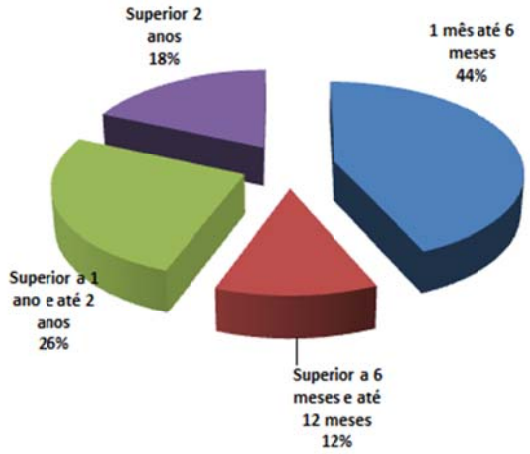
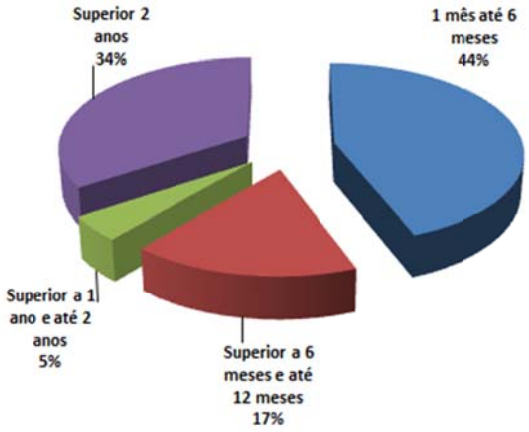


Gráfico 6 - Prazo Residual Depósitos a Prazo - 2015



As principais moedas transaccionadas pelo BAICV no que se refere a Recursos de Clientes são o escudo cabo-verdiano (CVE) com 7.722.445 Milhares, representando 87,9% das operações de depósitos, seguido do dólar (USD), com 8,7%, traduzindo um contravalor de 761.451 Milhares de escudos em depósitos. Por seu turno, as operações em euros (EUR) representaram 3,5%, com um volume de transacções de 305.204 Milhares de escudos, enquanto que a libra esterlina (GBP) teve um volume de transacções residual em torno de 433 Milhares de escudos. Comparativamente com o ano de 2015

registou-se um aumento das operações em CVE em mais 1.973.043 Milhares de escudos (34,3%), com aumentos nos segmentos Empresas e Particulares, e em USD em mais 257.601 Milhares de escudos, com aumentos no segmento Empresas, Particulares e Emigrantes. As transacções em EUR também aumentaram em 233.668 Milhares de escudos, fruto de aumentos registados em todos os segmentos, com particular realce para as transacções efetuadas pelas Empresas. As operações em GBP mantiveram-se, embora a redução do contra-valor deveu-se à sua desvalorização que passou de 149,413 CVE por 1 GBP em Dezembro de 2015 para 129,268 CVE por 1 GBP em Dezembro de 2016.

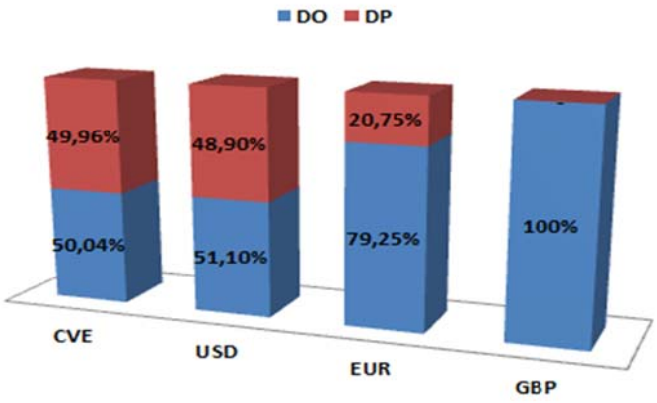
Quadro 5 - Recursos de Clientes por Moeda

Milhares CVE

Depósitos de Clientes *Customer Deposits*	2016			2015			Variação	
	Valor	Contravalor CVE	Peso	Valor	Contravalor CVE	Peso	Abs.	%
CVE	**7.722.445**	**7.722.445**	***86,6%***	**5.749.401**	**5.749.401**	***89,1%***	***1.973.043***	***34,3%***
Empresas/*Companies*	3.102.807	3.102.807	*34,8%*	2.430.445	2.430.445	*37,7%*	*672.362*	*27,7%*
Particulares/*Households*	1.598.835	1.598.835	*17,9%*	1.212.711	1.212.711	*18,8%*	*386.124*	*31,8%*
Empregados/*Employees*	28.296	28.296	*0,3%*	27.530	27.530	*0,4%*	*766*	*2,8%*
Emigrantes/*Emigrants*	335.575	335.575	*3,8%*	365.883	365.883	*5,7%*	*-30.309*	*-8,3%*
Outros/*Others*	2.656.932	2.656.932	*29,8%*	1.712.831	1.712.831	*26,5%*	*944.101*	*55,1%*
EUR	**2.768**	**305.204**	***3,4%***	**649**	**71.537**	***1,1%***	***233.668***	***326,6%***
Empresas/*Companies*	1.595	175.850	*2,0%*	135	14.834	*0,2%*	*161.016*	*1085,5%*
Particulares/*Households*	891	98.232	*1,1%*	367	40.487	*0,6%*	*57.745*	*142,6%*
Empregados/*Employees*	2	252	*0,0%*	1	59	*0,0%*	*193*	*329,7%*
Emigrantes/*Emigrants*	280	30.871	*0,3%*	147	16.158	*0,3%*	*14.713*	*91,1%*
USD	**7.219**	**761.451**	***8,5%***	**4.993**	**503.849**	***7,8%***	***257.601***	***51,1%***
Empresas/*Companies*	3.543	373.759	*4,2%*	1.506	151.978	*2,4%*	*221.781*	*145,9%*
Particulares/*Households*	3.341	352.389	*4,0%*	3.403	343.473	*5,3%*	*8.917*	*2,6%*
Empregados/*Employees*	1	141	*0,0%*	2	172	*0,0%*	*-32*	*-18,3%*
Emigrantes/*Emigrants*	333	35.162	*0,4%*	82	8.227	*0,1%*	*26.935*	*327,4%*
GBP	**3**	**433**	***0,0%***	**3**	**501**	***0,0%***	***-68***	***-13,5%***
Empresas/*Companies*	3	402	*0,0%*	3	465	*0,0%*	*-63*	*-13,5%*
Particulares/*Households*	0,2	31	*0,0%*	0,2	36	*0,0%*	*-5*	*-13,5%*
Juros a pagar/*Interest*		**126.341**	***1,4%***		**127.677**	***2,0%***	***-1.336***	***-1,0%***
Total *Total*		**8.915.874**	***100%***	**0**	**6.452.965**	***100%***	***2.462.909***	***38,2%***

Mais de 50% dos Recursos dos Clientes, em todas as moedas, foram provenientes dos Depósitos a Ordem, não obstante as operações em CVE apresentarem uma distribuição simétrica considerando as duas tipologias de depósitos. Com efeito, das operações em USD, 51,1% foram constituições de Depósitos a Ordem e das operações constituídas em EUR 79,25% também visaram o mesmo fim. Finalmente, 100% dos recursos de clientes em GBP foram igualmente para constituições de Depósitos a Ordem. O Segmento Outros com saldo de 2.656.932 milhares de escudos e cujo peso é 30,2% se trata de recursos do Sector Público.

Gráfico 7 - Recursos de Clientes por Moeda e por Prazos



7. Banca Eletrónica

Durante o ano de 2016 conseguiu-se alargar ainda mais o serviço de cartões de débito – Vinti4 e foram introduzidos três novos cartões, sendo um pré-pago Visa e dois Classic e Gold Master Card. Os indicadores da Banca Electrónica continuam sendo atrativos pela natureza específica, não obstante os custos elevados associados à manutenção deste serviço.

a) Meios de Pagamento

A rede Vinti4 por ser uma rede partilhada de Caixas Automáticas – ATM's e Terminais de Pagamentos Automáticos – POS, e cujo potencial de desenvolvimento mostra-se a cada dia ser mais intenso, tem abrangido um número cada vez maior de serviços. A disponibilização destes serviços no mercado oferece a oportunidade de captação de fundos a mais clientes, podendo assim oferecer uma grande variedade de funcionalidade aos mesmos, desde levantamentos de numerário, transferências bancárias, pagamento de serviços, pagamento de facturas, consulta de saldos e de movimentos, recarga de telemóveis, consulta de NIB/IBAN entre outras.

Em Dezembro de 2016, o banco totalizou 4.205 cartões vinti 4, face aos 3.317 cartões do ano transacto, tendo sido emitidos mais 888 novos cartões. O ano de 2016 ficou marcado pela emissão dos cartões Visa Cool (695) e Master Card Morabeza Gold (9), tendo sido efetuados 2.304 e 9 transações, respetivamente. Também foi emitido o cartão Master Card Morabeza Classic (1).

Relativamente aos terminais, registou-se um aumento de mais 287 terminais de POS´s, comparativamente ao ano anterior enquanto que o número dos ATM´s cifrou-se em 12.

a) Internet banking

O BAI Net, a internet banking do Banco é um importante canal de comunicação com os clientes, permitindo a realização de transacções, como também a consulta de saldos, proporcionando mais valor para os clientes do BAICV.

Durante o ano de 2016 registou-se cerca de 971 adesões, representando uma variação positiva de mais 312 adesões comparativamente com o ano anterior. Entre as adesões 771 derivaram dos Particulares e 200 de Empresas.

8. Gestão de Riscos

8.1. Riscos Financeiros

A gestão e controlo dos riscos inerentes às actividades do BAICV está centralizada no Gabinete de Planeamento, Controlo e Risco (GPR), cuja responsabilidade passa por identificar, analisar e acompanhar a exposição do Banco aos diversos riscos, especificamente, o risco de crédito (carteira), de liquidez, das taxas de juro e de câmbio, como também, definir políticas que assegurem a prevenção e mitigação dos mesmos.

O Gabinete de Planeamento, Controlo e Risco tem a incumbência de identificar e analisar a exposição do Banco aos diversos riscos a que está sujeito, definindo instrumentos de análise e políticas orientadoras, visando a maximização dos resultados da instituição, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas pelos Órgãos de Gestão competentes.

Paralelamente à acção desenvolvida pelo GPR, a secção de Análise de Crédito, inserida na Direcção Comercial (DCM), é responsável pela análise e aprovação dos pedidos de créditos submetidos à instituição.

A instituição possui ainda uma Direcção especializada de Compliance e de Auditoria Interna, nomeadamente o Gabinete Jurídico e Compliance o Gabinete de Auditoria e Inspecção, responsáveis pelos riscos relacionados com eventuais perdas financeiras ou de imagem que possam surgir, decorrentes de acções judiciais e de sanções legais, resultantes da inconformidade dos negócios do Banco às leis, normas, regulamentos e códigos de conduta vigentes.

O banco possui também um Comité de Gestão de Activos e Passivos, genericamente designado por ALCO, destinado à análise, controlo e implementação de estratégias de mitigação dos riscos estruturais do balanço, visando maximizar a rentabilidade e a solidez financeira da instituição.

A. Risco de Crédito

O Risco de Crédito consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de pessoas, residentes ou não residentes, singulares ou colectivas, em pagarem quer o capital em dívida, quer os juros devidos pactuados perante o banco.

O acompanhamento do Risco de Crédito é feito tanto pelo Departamento de análise de crédito, responsável pela aprovação dos pedidos de crédito solicitados, consoante os indicadores qualitativos e quantitativos subsequentes das análises de Scoring e Rating, como também, pelo Departamento de recuperação de Crédito, destinado à recuperação dos créditos vencidos, mediante solução negociado extra judicialmente, em função dos objectivos do banco.

O acompanhamento da carteira de crédito é feito pelo Gabinete de Planeamento, Controlo e Risco (GPR), averiguando tanto o grau de concentração dos créditos atribuídos, como também a diversificação sectorial da carteira da instituição.

Quadro 6 - Qualidade do crédito atribuído

Crédito Sobre Clientes *Loans and Advances to Customers*	2016	2015	Variação	
			Abs.	%
Crédito Vencido/Crédito Total *Overdue Credit/Total Credit*	9,3%	12,2%	-3,0%	-24,3%
Imparidade Crédito de Clientes/ Crédito total *Impairment on Loans Advances to Customers/Total credit*	4,6%	4,3%	0,3%	6,8%

Os indicadores referentes à Qualidade de Crédito evidenciam uma diminuição do rácio de créditos vencidos em menos 3 pontos percentuais, situando-se em 9,3%. Em sentido contrário, o rácio de cobertura do crédito total pelas imparidades registou um ligeiro aumento de 0,3 pontos percentuais, situando-se nos 4,6%.

B. Risco de capital

O acompanhamento do Risco de Capital é feito tendo em conta todos os requisitos mínimos prudenciais estabelecidos pela entidade reguladora, especificamente os Avisos nº 3/2007 e 4/2007, do Banco de Cabo Verde, relativo ao apuramento do Rácio de Solvabilidade.

Quadro 7 – Risco de Capital

Milhares CVE

Descrição *Description*	2016	2015	Variação	
			Abs.	%
Fundos Próprios *Equity*	1.473.824	1.169.064	304.760	26,1%
Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito *Risk Weighted Assets*	8.848.879	7.585.239	1.263.640	16,7%
Valor Equivalente em Ativos Ponderados pelo Risco Operacional *Equivalent Amount in Assets Weighted by Operational Risk*	814.364	747.638	66.726	8,9%
Total dos Ativos Ponderados *Total Weighted Assets*	9.663.244	8.332.877	1.330.367	16,0%
Rácio de Solvabilidade *Solvency Ratio*	15,25%	14,03%	1,22%	8,7%

Em 2016 o Rácio de Solvabilidade situou-se nos 15,25% face aos 14,03% do ano anterior, consequência do aumento verificado nos Fundos Próprios em cerca de 304.776 Milhares de escudo, não obstante o aumento ocorrido no Total dos Ativos Ponderados em mais 1.263.640 Milhares de escudos.

C. Risco de Mercado

O Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições Activas e Passivas, detidas pela instituição, e especificamente resultantes de flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias. A gestão do risco de mercado é monitorizada de forma contínua, sendo que os limites de actuação nos mercados são revistos e ajustados, havendo para o efeito uma avaliação de desempenho periódico em função da evolução das tendências de mercado.

D. Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro consiste na eventualidade de variações adversas nas taxas de juro de mercado virem a afectar a margem financeira da instituição, atendendo ao facto de que grande parte dos ativos e passivos do balanço geram rendimentos e custos impulsionados pelas taxas de juro. A avaliação da exposição deste tipo de risco é feita através dos modelos de GAP de Taxas de juro, destinados à medição dos Activos e Passivos, sensíveis às flutuações das taxas de juro de acordo com os seus prazos de maturidade. O acompanhamento é feito regularmente, permitindo assim a quantificação dos impactos sobre a margem financeira da instituição, derivado das flutuações das taxas de Juro, permitindo a adopção de estratégias adequadas, visando a mitigação dos efeitos nefastos nos resultados do banco. Paralelamente aos modelos internos utilizados, o banco utiliza também modelos definidos pela entidade reguladora, impostos através da Instrução Técnica nº 164/2011 do Banco de Cabo Verde.

E. Risco Cambial

É o risco que uma instituição pode ter que enfrentar por deter activos e passivos, numa determinada moeda estrangeira, estando assim exposta a uma eventual variação da taxa de câmbio. A exposição ao risco de câmbio é analisada através do acompanhamento dos activos e passivos em moedas estrangeiras, permitindo o apuramento da posição líquida do banco face a cada moeda utilizada nas suas operações de mercado. O banco tem seguido uma estratégia de minimização de riscos através da realização de operações maioritariamente em Euros, dada a paridade cambial existente entre o Euro e o Escudo Cabo-verdiano. Esta estratégia reduz significativamente os riscos esperados relacionados com a dotação de Activos e Passivos em moeda estrangeira, reduzindo por conseguinte os impactos no Produto Bancário da instituição.

F. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez resulta da incapacidade do Banco em poder dispor, em qualquer momento, de fundos necessários para satisfazer todos os seus compromissos a um custo aceitável e compensador, refletindo também a percepção do mercado perante a política de financiamento do banco. A monitorização do Risco de Liquidez é feita através da análise dos GAP de liquidez, em função dos

montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, de forma a evidenciar os desajustamentos existentes entre os Activos e Passivos por intervalos temporais. O banco também utiliza os modelos impostos pela entidade reguladora no âmbito da gestão do risco de liquidez, nomeadamente, o cálculo de rácios de cobertura de responsabilidades, instituído pelo Aviso nº8/2007 nº 42 de 19 de Novembro de 2007, como também, o mapa de liquidez definido pela Instrução Técnica nº 165/2012 do Banco de Cabo Verde.

8.2. Riscos Não Financeiros

A. Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas ou da inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à deficiência em contratos firmados pela instituição. A instituição aborda a gestão do risco operacional dentro de um processo de aprimoramento contínuo, visando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade dos serviços prestados pela mesma. Neste sentido, o banco tem implementado políticas e procedimentos internos de controlo, visando a mitigação dos riscos operacionais subsequentes à sua actividade, designadamente:

- ✓ A criação da área de Compliance, integrado no Gabinete Jurídico;
- ✓ Criação do regulamento interno de prevenção de branqueamento de capitais;
- ✓ Actualização do Manual de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- ✓ Formação e capacitação técnica na prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- ✓ Criação do Gabinete de Auditoria e Inspecção;
- ✓ Criação da política de Gestão de Risco.

O BAICV dispõe, igualmente, de uma Direção de Organização e Sistemas de informação (DOS) do Banco, que é responsável por definir as regras e controlos que garantam uma adequada gestão e monitorização da segurança dos sistemas e equipamentos informáticos e electrónicos, assim como garantir a sua implementação por forma a minimizar os riscos associados a processos de decisão internos ineficazes, inoperacionalidade das infra-estruturas, excesso de operações manuais e falta de automatismos.

9. Compliance

Sistema de Controlo Interno

O sistema de controlo interno define-se como o conjunto de princípios, estratégias, politicas, sistemas, processos, regras e procedimentos estabelecidos pelo BAI Cabo Verde, SA, com vista a garantir:

- Um desempenho eficiente e rentável da actividade, no médio e longo prazo, que assegure a utilização eficaz dos activos e recursos, a continuidade do negócio e a própria sobrevivência do BAI através, nomeadamente, de uma adequada gestão de controlo dos riscos da actividade, da prudente e correcta avaliação dos activos e das responsabilidades, bem como da implementação de mecanismos de prevenção e protecção contra erros e fraudes:
- A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e atempada, que suporte as tomadas de decisão e processos de controlo, tanto a nível interno como externo.
- O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis e emanadas do Banco de Cabo Verde, incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismos, bem como as normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento de clientes, das orientações dos órgãos sociais e das recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia, de modo a preservar a imagem e reputação da instituição perante os seus clientes, accionistas, colaboradores e supervisores.
- Para atingir esses objectivos, o sistema de controlo interno é instituído com base na função de Compliance, na função de Gestão de Risco e na função de Auditoria interna, que são exercidas por gabinete e direcção centralizadas e com a actuação transversal ao BAICV. Os responsáveis dos Gabinetes e da Direcção são nomeados pelo Conselho de Administração do Banco, por proposta da comissão de nomeações e avaliações, a quem compete aprovar o perfil técnico e profissional destes responsáveis, enquanto adequado ao exercício das respectivas funções.
- O Sistema de Controlo Interno assenta:
  - Num adequado ambiente de controlo interno;
  - Num sólido sistema de gestão de riscos, destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar as actividades do BAICV;
  - Num eficiente sistema de informação e comunicação, instituído para garantir a captação, tratamento e transmissão de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão de controlo da actividade e dos riscos da instituição;
  - Num efectivo processo de monitorização, executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio sistema de controlo interno ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação imediata e eventuais deficiências (entendidas estas como o conjunto das insuficiências existentes, potenciais ou reais, ou das oportunidades de introdução de melhorias que permitam fortalecer o sistema de controlo interno), assegurando o desencadear de acções correctivas; e

- No rigoroso cumprimento de todas as disposições legas e regulamentares em vigor, por parte do BAICV, bem como pelas pessoas que exerçam cargos de direcção e chefia, incluindo os membros de órgãos de administração, assegurando-se, nomeadamente, o cumprimento do código deontológico do BAICV e dos códigos de conduta a que estão sujeitas as actividades bancárias, financeira, seguradores e de intermediação em valores mobiliários ou produtos derivados.

Compliance

Decorrente das disposições legais, encontra-se instituído no BAICV uma função Compliance. A gestão desta importante vertente da actividade bancária é da responsabilidade de todos os órgãos de estrutura, sob a coordenação do Gabinete Jurídico e Compliance (GJC), que é um órgão de estrutura autónomo, na dependência directa do órgão de administração, ao qual cabe a identificação, análise, avaliação dos riscos de Compliance e seu reporte.

Esta unidade é também responsável pela salvaguarda da boa execução dos procedimentos em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como da prevenção de crimes de abuso do mercado.
Em 2016, entraram em vigor os seguintes diplomas legais com impacto na função compliance:

- **Lei nº 119/VIII/2016 de 24 de Março em alteração da Lei nº 27/VIII/2013 de 21 de Janeiro**, que estabelece as medidas de natureza preventiva e repressiva contra o terrorismo e o seu financiamento.
- **Lei nº 120/VIII/2016 de 24 de Março em alteração a Lei nº 38/VII/2009 de 20 de Abril**, que estabelece as medidas a prevenir e reprimir o crime de lavagem de capitais, bens, direitos e valores.
- **Alteração do Código Penal**, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº4/2003 de 18 de Novembro.

Foram aprovados os seguintes normativos internos:

- Política de Prevenção de Fraudes/Procedimentos de Detecção e Tratamento de Fraudes;
- Política de Gestão de Conflitos de Interesses.
- Com o objectivo de garantir a conformidade com a legislação e regulamentação, paralelamente à divulgação desses diplomas, foi feita a identificação das medidas necessárias a implementar, visando a prevenção dos riscos de incumprimento dos deveres legais e regulamentares neles consagrados.

10. Recursos Humanos

O efetivo de trabalhadores ao serviço no BAICV em 2016 foi de 79 colaboradores, uma diminuição de menos 2 colaboradores face ao ano de 2015, conforme resumido no quadro abaixo.

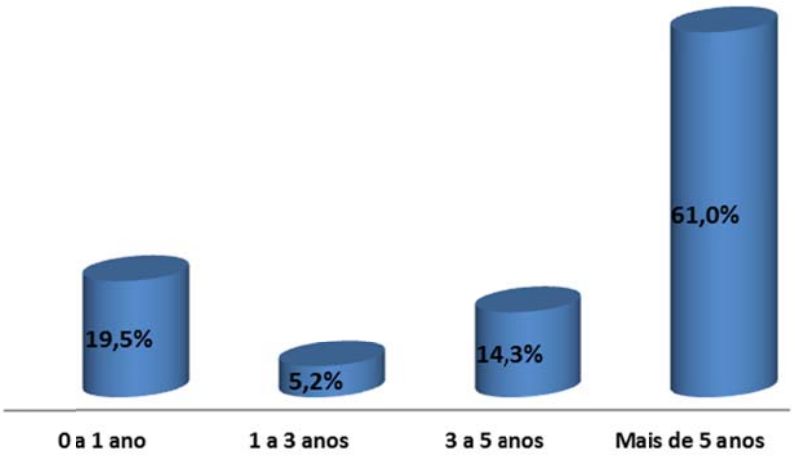
Quadro 8 - Efetivo de Recursos Humanos

Recursos Humanos *Human Resources*	2016	2015	*Variação*
Conselho de Administração *Board of Directors*	5	5	*0*
Direção *Management*	8	9	*-1*
Secretariado *Secretaries*	2	2	*0*
Técnicos *Experts*	59	60	*-1*
Outras Funções *Tother Functions*	*5*	5	*0* *0*
Total	***79***	**81**	***-2***

No ano de 2016, o escalão de antiguidade com maior representatividade corresponde aos colaboradores com mais de 5 anos que se traduz em 61% do universo do efectivo do BAICV.

O escalão de antiguidade com menor n.º de colaboradores corresponde ao intervalo de 1 a 3 anos.

Gráfico 8 - Escalão de antiguidade



11. Responsabilidade Social

Responsabilidade Social Empresarial

A responsabilidade social empresarial é um conceito criado para ajudar as empresas a integrar de forma voluntária preocupações sociais e ecológicas, nas suas actividades de negócios e relações com os *stakeholders*.

Em 2016 a Comissão Executiva do Banco reuniu-se, por duas vezes, com o Corpo Directivo e os Chefes de Departamentos no âmbito do Encontro de Quadros do Banco, que tiveram lugar no Auditório do BAICenter nos dias 15/03/2016 e 30/08/2016 respetivamente.

O objetivo destes encontros é a promoção de reflexão conjunta de temas com grande importância para o desenvolvimento do BAICV, assim como a interação e partilha de experiências entre os elementos do grupo.

Voluntariado Empresarial

No ano passado o Banco contou com os seus colaboradores numa ação de recolha de alimentos não perecíveis e brinquedos, que foram doados no dia do 23/12/2016 à Associação Juvenil Black Panthers.

Cidadania Empresarial

No que se refere às ações de cidadania empresarial, foram realizadas nas seguintes áreas:

Educação

O BAICV apoiou a Escola do Ensino Básico – SOS "Hermann Gmeiner" na reabilitação da casa de banho das meninas.

No âmbito da relação de parceria existente com a Associação Juvenil Black Panthers, no ano passado o Banco apoiou o pagamento das propinas e material escolar dos estudantes bolseiros carenciados apoiados por essa associação.

Outras instituições que também beneficiaram do apoio do BAICV foram a Residência Estudantil Madre Teresa de Calcutá, no âmbito da produção de suas agendas e o ISCEE, no âmbito da sua Palestra Internacional sobre a Educação e a Cidadania Fiscal.

Saúde

Relativamente à saúde, o Banco apoiou a Associação *We Believe*, na Marcha Rosa, realizada em comemoração ao dia Mundial de Luta contra o Cancro da Mama.

No ano passado o banco apoiou o Hospital Agostinho Neto (HAN) no seu projecto da IV Edição da Gala "Eu Posso Ajudar" e melhoria das infra-estruturas e qualidade de prestação de cuidados de saúde em prol das crianças internadas no HAN.

Desporto

No âmbito da parceria celebrada com o Clube Desportivo Travadores (CDT), apoiamos os equipamentos de jogo e treino do Clube.

Cultura

O Banco patrocinou o Carnaval de São Vicente 2016, através do financiamento de prémios para os grupos vencedores e na transmissão em direto do evento, por considerar que o Carnaval de Mindelo tem um importante peso no panorama cultural de Cabo Verde.

Outro

Outro patrocínio concedido foi à 15ª Edição do Jantar Beneficente da Fundação Infância Feliz, que tem trabalhado com vista a minimizar a situação de risco da camada infanto-juvenil vulnerável e respetivas famílias em várias vertentes de intervenção Social.

Quadro 9 - Valores atribuídos

Milhares CVE

Instituição *Institution*	**Valor**
Residência Estudantil Madre Teresa de Calcutá	20
Câmara Municipal de São Vicente - Prémios para os vencedores do Carnaval	500
Clube Desportivo Travadores	500
RTC - Transmissão em Directo do Carnaval de São Vicente	140
Hospital Agostinho Neto	500
Associação Juvenil Black Panthers	97
Escola de Ensino Básico SOS - Hermann Gmeiner	234
Grupo We Believe	75
Fundação Infância Feliz	80
Total	**2.146**

As acções realizadas pelo BAICV foram no sentido de consolidar parcerias realizadas com algumas instituições, na espectativa de reforçar as relações de parcerias bem como a imagem do Banco junto do mercado em geral.

12. Análise Financeira

A. Elementos do Balanço

O **Activo Líquido** ascendeu a 16.855.902 Milhares de escudos em 2016, representando um aumento de 20,5% (2.868.272 Milhares de escudos) face a 2015. A evolução favorável da rubrica deveu-se, essencialmente, ao efeito conjugado do (i) aumento de Crédito de Clientes em 1.028.852 Milhares de escudos (16,1%), (ii) aumento de Activos financeiros disponíveis para venda em 914.376 Milhares de escudos (28,3%), do (iii) do aumento das Disponibilidades em outras instituições de crédito em 641.799 Milhares de escudos (817,3%) e da (iv) diminuição das Aplicações em instituições de crédito em 184.058 Milhares de escudos (-13,8%).

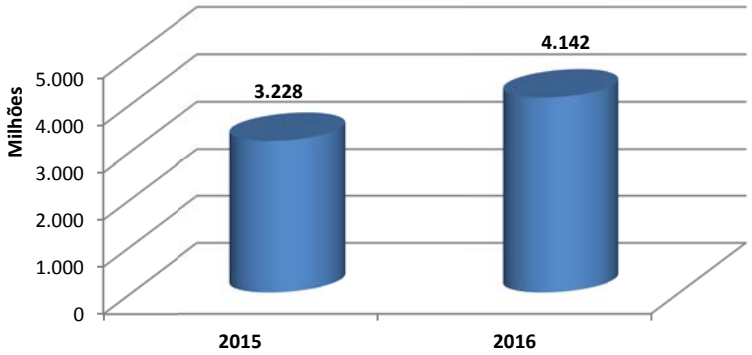
O **Passivo** também aumentou em 21,7%, o equivalente a 2.812.526 Milhares de escudos resultante, essencialmente, do efeito do aumento significativo dos Recursos de clientes e outros empréstimos em 2.462.909 Milhares de escudos (38,2%) e do aumento dos Recursos de outras instituições de crédito de 84.403 Milhares de escudos (+1,4%).

Os **Capitais Próprios** aumentaram 5,4%, o equivalente a 55.746 Milhares de escudos, registando um saldo final de 1.089.281 Milhares de escudos.

Saliente-se que a rubrica **Caixa e Disponibilidades em bancos centrais** registou um aumento de 26,1% face ao período transacto, no montante de 341.469 Milhares de escudos, derivado do incremento dos Recursos de clientes e outros empréstimos.
Essa disponibilidade no banco central tem uma gestão muito mais criteriosa, devido a penalização em caso de incumprimento das reservas mínimas de caixa, e do excesso que é aplicado em activos remunerados, nomeadamente em instrumentos do Banco de Cabo Verde (TIM e TRM) e mesmo no MMI-Mercado Monetário Interbancário, que ainda continua demonstrando uma maior rentabilidade e atractividade do mercado monetário interno face ao mercado Europeu.

Comparativamente a 2015, a Carteira de Títulos atingiu o montante de 4.142.287 Milhares de escudos (+28,3% em relação a 2015) respeitantes a **Activos Financeiros Disponíveis para Venda** e inclui, essencialmente, os títulos das obrigações do tesouro do Estado de Cabo Verde.

Gráfico 9 – Activos Financeiros



Em 31 de Dezembro de 2016, a carteira de **Aplicações em Instituições de Crédito** apresentava um saldo de 1.154.091 Milhares de escudos, cuja variação foi de -13,8% em comparação com o ano transato.

A **carteira de Créditos sobre Clientes** em balanço atingiu em Dezembro de 2016 um total bruto de 7.794.442 Milhares de escudos, cuja taxa de transformação situa-se em 83,4% face a 99,3% em 2015, e representa 42,3% do total de Activo Bruto.

O "Crédito a negócios e empresas" representa 66,1% do total do crédito bruto, seguido dos créditos "Titulados" com 13,7%, do crédito "Habitação" representando 7,7%, do crédito "Conta Corrente Caucionada" representando 6,6% do total do crédito bruto. Os descobertos em depósito à ordem tiveram alguma predominância, representando 0,6%.

O segmento de empresas lidera a carteira de créditos, com 87,6%, enquanto o segmento de particulares atingiu 8,6%, seguido do crédito aos colaboradores, que representa 2,9%.

O rácio de incumprimento situou-se em 9,3%, face aos 12,2% verificados em 2015, traduzindo uma redução do crédito vencido (expurgando os créditos titulados) em 96.988 Milhares de escudos (-11,9%). O saldo da rubrica Imparidade de crédito a clientes atingiu, no final do exercício de 2016, um valor de 355.343 Milhares de escudos, variando 24% em relação ao ano anterior e representando 4,6% do crédito total bruto.

A 31 de Dezembro de 2016, os **Activos Tangíveis** líquidos das amortizações, sofreram um decréscimo de 12.329 Milhares de escudos, em relação ao período homólogo provocado, essencialmente, pelas amortizações do exercício.

Quanto aos **Activos Intangíveis** (líquido),aumentaram 21.832 Milhares de escudos, atingindo um total de 51.365 Milhares de escudos em termos líquidos, englobando basicamente sistemas informáticos.

A rubrica de **Outros Activos** registou um aumento de 346,5%, apresentando um saldo final a 31 de Dezembro de 2016 de 773.579 Milhares de escudos, resultante da reclassificação, para essa rubrica, dos Ativos não correntes detidos para venda.

Os **Activos por impostos Correntes**, que incluem IUR a recuperar, diminuíram em 3,1%.
Os **Recursos de Outras Instituições de Crédito** ascenderam ao montante de 6.248.066 Milhares de escudos, registando uma variação de 1,4% representando, na sua quase totalidade, depósitos à ordem e a prazo, de instituições do Grupo BAI.

A carteira de **Depósitos de Clientes** em balanço registou um aumento de 38,2%, cujo saldo final foi de 8.915.874 Milhares de escudos, na sua maioria constituída por depósitos de Empresas com 71,8% (6.401.598 Milhares de escudos) seguido de particulares com 23,4% (2.086.315 Milhares de escudos), emigrantes com 4,5% (401.214 Milhares de escudos) e colaboradores com 0,3% (26.748 Milhares de escudos).

De salientar, que apesar do segmento empresas liderar em termos de saldos, em termos de número de clientes, 83,5% (14.195 clientes) são particulares e 11,6% (1.969 clientes) são empresas.

As modalidades de depósitos à ordem têm liderado o ranking dos recursos, ainda que de forma tangencial (50,4%), com uma variação na ordem dos 37,7% (+1.230.915 Milhares de escudos). Por seu turno, os depósitos a prazo (49,1%) descreveram um aumento de 40% (+1.250.713 Milhares de escudos).

O saldo de 373 Milhares de escudos apresentados na rubrica de **Passivos por impostos correntes**, corresponde ao IRPC apurado no exercício de 2016, e que será liquidado no exercício de 2017.

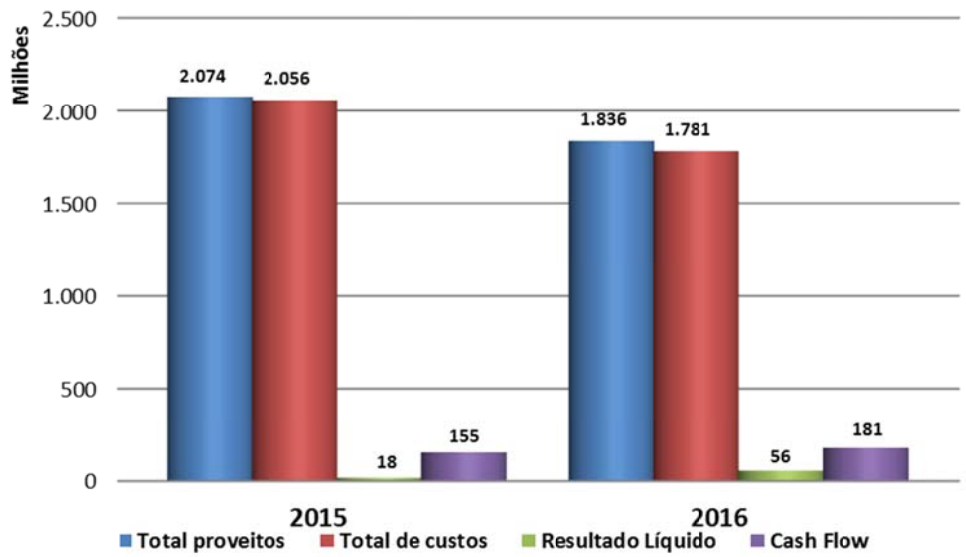
Outros passivos subordinados, inclui a emissão de 500 títulos de empréstimos subordinados com data de maturidade em Dezembro de 2022 e com a taxa de 5%.

A variação positiva na rubrica **Outros Passivos** ascendeu a 19,5%, o equivalente a 16.570 Milhares de escudos, cujo saldo final situou-se em 101.686 Milhares de escudos.

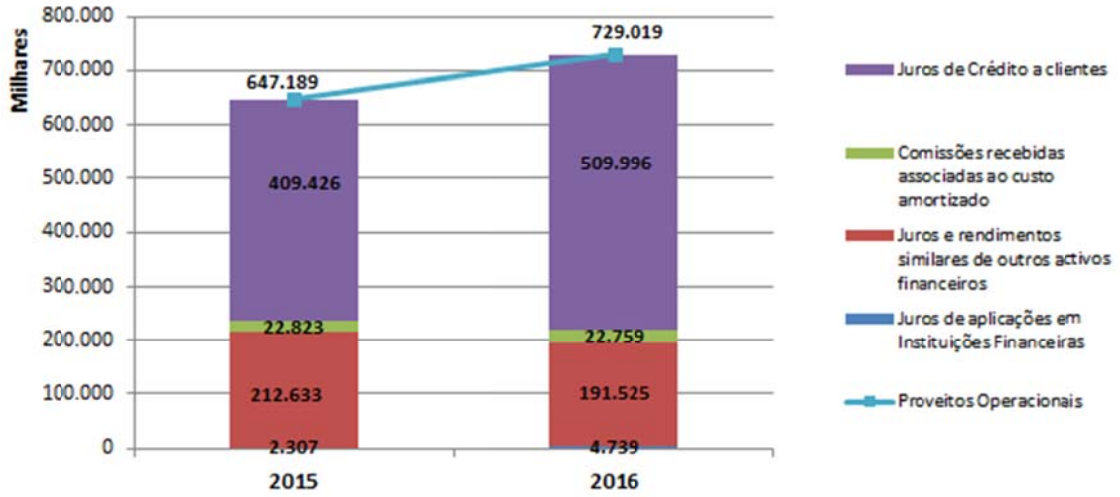
Os **Capitais Próprios** aumentaram 5,4%, o equivalente em termos absolutos a 55.746 Milhares de escudos, registando um saldo final de 1.089.282 Milhares de escudos, derivado do Resultado Líquido acumulado do período.

B. Elementos da Demonstração de Resultados

O **Resultado Líquido** apurado no final do exercício em Dezembro de 2016 foi de 55.746 Milhares de escudos, registando uma melhoria de 212,9%.



Nos juros recebidos constata-se que houve uma melhoria cuja variação foi de 12,6%, com destaque para os **Juros de créditos a clientes** que aumentaram 24,9%, o correspondente a +100.995 Milhares de escudos.



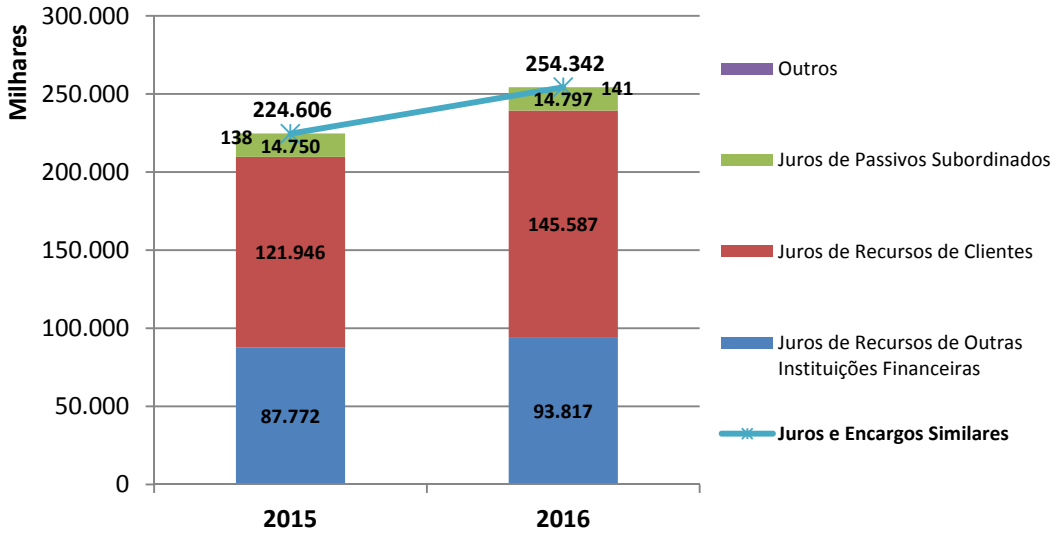
Os **Juros de Aplicações em Instituições Crédito** registaram um aumento na ordem dos 105,4%, situando-se nos 4.740 Milhares de escudos face aos 2.308 Milhares de escudos relativamente ao ano transato, repartido pelos Juros de Aplicações em Instituições Financeiras no país, com um peso de 70%, seguido dos Juros de Aplicações em Instituições Financeiras no Estrangeiro com um peso de 30% do total.

Por seu turno, os **Juros e rendimentos similares de outros ativos financeiros** cifraram-se nos 191.525 Milhares de escudos, descrevendo uma evolução desfavorável face a 2015 em -9,9%, ou seja -21.108 Milhares.

Os **Juros das operações passivas** registaram um agravamento em 13,2%, situando-se nos 254.342 Milhares de escudos em 31 de Dezembro de 2016 devido, essencialmente, ao aumento da carteira de depósitos a prazo nos segmentos empresas e particulares.
Para os Recursos de Outras Instituições Financeiras, o banco suportou em juros o montante de 93.817 Milhares escudos, cuja variação foi de -6,9%, sendo 59.571 Milhares (63%) resultantes de Empréstimos e 34.246 Milhares (37%) de depósitos a prazo de instituições de crédito no estrangeiro.

Os **Juros Subordinados dos Empréstimos** obrigacionistas foram cerca de 14.797 Milhares de escudos em Dezembro de 2016 não apresentando alterações significativas face ao registado em 2015.

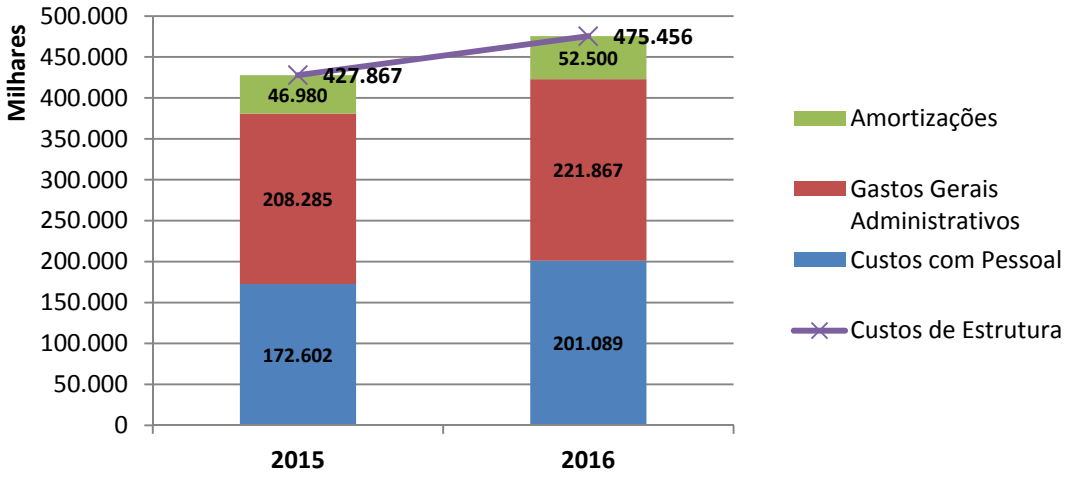
A **Margem Complementar** evoluiu cerca de 15.510 Milhares de escudos face ao ano transato, situando-se nos 128.968 Milhares de escudos. Este aumento resulta, essencialmente, da variação positiva em Outros Resultados de Exploração em mais 46.078 Milhares de escudos e dos Resultados de Activos e Passivos avaliados ao justo valor através de resultados em 23.152 Milhares de escudos.



Os **Rendimentos com Serviços e Comissões** registaram uma variação negativa face ao período homólogo em -14,5%, traduzidos em menos 19.138 Milhares de escudos devido à diminuição nas Comissões por serviços prestados (-12.925 Milhares de escudos) e Outras comissões recebidas (- 7.044 Milhares de escudos).

Os **Custos de Estrutura** (Custos com Pessoal, Custos Administrativos e Amortizações) evoluíram em +47.589 Milhares de escudos em relação ao exercício anterior, impulsionado pelo aumento dos Gastos Gerais Administrativos em 7% (+13.582 Milhares de escudos) e dos Custos com Pessoal em 16,5% (+28.487 Milhares de escudos).

O Rácio ***Cost to Income*** situou-se nos 78,8% em 2016, menos 1,06 ponto percentual que em 2015 (79,8%), reflectindo essencialmente o efeito da melhoria na Margem Financeira e Margem Complementar, não obstante o aumento ocorrido nos Custos de Estrutura em 47.589 Milhares (11,1%).



Os **Custos com Pessoal** que representam 42,3% do total dos custos de estrutura, assinalaram um aumento de 16,5%, equivalente a 28.487 Milhares de escudos, e os **Gastos Gerais Administrativos** que representam 46,7% do custo total de estrutura, cresceram 6,5%, cerca de 13.582 Milhares de escudos. Em relação às Amortizações do Exercício, a rubrica atingiu 52.400 Milhares de escudos, uma variação de 11,7%, representando 11% do custo total de estrutura.

O **Resultado Líquido** positivo situou-se em 55.746 Milhares de escudos, registando uma melhoria face ao período homólogo em mais 37.875 Milhares de escudos, aumentando em 212,9%, derivado da evolução positiva do Produto Bancário ocorrido em 2016.

C. Indicadores Económicos e Financeiros

Os principais indicadores económicos de desempenho e prudenciais do BAICV registaram uma melhoria face ao ano de 2015, derivado do Resultado positivo do Exercício.

A **rentabilidade dos capitais próprios (ROE**), por via dos Resultados Líquidos positivos, registou uma melhoria de 3,5 pontos percentuais face ao ano anterior, passando para 5,3%, e a rentabilidade dos activos (ROA) com uma melhoria de 0,2 pontos percentuais passou de 0,1% para 0,4%.

A **taxa de transformação primária** (considerando somente os depósitos de clientes) situou-se em 83,4% (contra 99,3% de Dezembro de 2015), e a taxa de transformação 2 (considerando todos os recursos nomeadamente recursos de Outras Instituições Financeiras-OIFs e os passivos subordinados) situou-se nos 71,2% (contra 84,1% de Dezembro de 2015).

Em termos de Eficiência, destaque para o ***Cost-to-Income***, indicador que relaciona os custos de estrutura com o produto bancário, atingiu os 78,8%, valor ligeiramente inferior aos 79,8% registados em Dezembro de 2015, fruto do aumento do Produto Bancário, que compensou o aumento verificado na estrutura de custos da instituição em 2016.

A nível de Funcionamento, verificou-se uma melhoria no rácio **número de clientes por empregado**, passando de 178 para 221, devido à evolução significativa no número de clientes (+2.909 clientes que em 2015). O Banco fechou o ano com um efectivo de 79 colaboradores, 7 agências e 16.999 clientes.

Com efeito, o rácio **Ativo líquido sobre o número de empregados** aumentou para os 218.908 Milhares de escudos por empregado, por via também do aumento ocorrido no Activo Líquido.

O rácio do **Custos de Estrutura/Activo Líquido** atingiu os 2,8%, menos 0,2 pontos percentuais que em 2015.

A nível de gestão de fundos, a **carteira de depósitos** representa 52,9% do total de activo, e realce para a concentração dos 20 maiores depositantes no total da carteira de depósitos que atingiu os 62 % em 2016.

Quanto à Qualidade dos Activos, o rácio do **crédito vencido sobre o crédito total bruto** registou uma redução de 3 p.p fixando-se em 9,3% contra 12,2% em 2015. Quanto ao rácio de imparidade de crédito a clientes sobre o crédito total passou para 4,6% em 2016 contra 4,3% em 2015.

Prudenciais

Os **Fundos Próprios** da Instituição registaram uma variação positiva de 26,1%, situando- se em 1.473.824 Milhares de escudos face a 1.169.064 Milhares de escudos de Dezembro de 2015, por via do aumento dos resultados e do aumento dos empréstimos subordinados de cerca de 250.000 Milhares de escudos.

O **Rácio de Solvabilidade** registou um aumento face a Dezembro de 2015, passando de 14,03% para 15,25%, resultando numa variação de 1,2 pontos percentuais.
A **Cobertura de Imobilizado**, tendo em conta que não pode apresentar um grau de cobertura inferior a 100% e não ultrapassar o valor dos fundos próprios, registou um grau de cobertura de 435,4% contra 332,5% do ano 2015.

O rácio que relaciona os **Títulos de Dívida Pública com os recursos de clientes** atingiu 46,3% do total das suas responsabilidades da carteira de clientes, acima do mínimo de 5% exigido pelo Banco Central, o que em termos absolutos devolve um excesso na ordem dos 3.633.917 Milhares de escudos face ao exigido (439.477 Milhares).

13. Aprovação do Conselho de Administração

Os administradores do BAI Cabo Verde são os responsáveis pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

É convicção da Administração que para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 auditadas e constantes das páginas seguintes foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20/02/2017, e vão ser assinadas em seu nome por:

Luís Filipe Rodrigues Lélis
Presidente do Conselho de Administração

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves
Presidente da Comissão Executiva

Manuel Jesus Costa
Administrador Não Executivo

Carla Monteiro do Rosário
Administradora Executiva

David Luís Dupret Hopffer Almada
Administrador Executivo

14. Demonstrações Financeiras

A. Balanço em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Milhares CVE

Rubricas	Notas / Quadros anexos	Valor Bruto	Provisões, Imparidade e amortizações	Valor Liquido	Valor Líquido
			2016		2015
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	1 648 612		1 648 612	1 307 143
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	720 323		720 323	78 524
Activos financeiros disponiveis para venda	7	4 142 287		4 142 287	3 227 911
Aplicações em instituições de crédito	8	1 154 091		1 154 091	1 338 148
Crédito a Clientes	9	7 794 442	355 343	7 439 099	6 410 248
Activos não correntes detidos para venda	10	510 313		510 313	1 077 082
Propriedades de investimento	11	113 436	2 363	111 073	
Outros activos tangiveis	12	773 267	439 310	333 957	343 922
Activos intangiveis	13	85 166	33 801	51 365	29 533
Activos por impostos correntes	14	10 276		10 276	10 605
Outros Activos	15	773 579	39 074	734 505	164 513
Total de activos		**17 725 793**	**869 892**	**16 855 902**	**13 987 630**
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	16			6 248 066	6 163 663
Recursos de clientes e outros empréstimos	17			8 915 874	6 452 965
Passivos por impostos correntes	14			373	1 916
Outros passivos subordinados	18			500 620	250 433
Outros passivos	15			101 686	85 116
Total de Passivo				**15 766 620**	**12 954 093**
Capital					
Capital	19			2 330 795	2 330 795
Reservas de reavaliação				- 7	- 7
Outras reservas e resultados transitados	20			- 1 297 252	- 1 315 122
Resultado do exercício				**55 746**	**17 871**
(Dividendos antecipados)					
Total de Capital				**1 089 282**	**1 033 537**
Total de Passivo + Capital				**16 855 902**	**13 987 630**

O Presidente Comissão Executiva — Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

O Administrador Executivo — David Luís Dupret Hopffer Almada

O Contabilista Certificado — Hércules Lima Cruz

B. Demonstração de Resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015

Milhares CVE

Rubricas	Notas / Quadros anexos	2016	2015
Juros e rendimentos similares	21	729 019	647 189
Juros e encargos similares	21	254 342	224 606
Margem Financeira		**474 677**	**422 583**
Rendimentos de instrumentos de capital		6	2
Rendimentos com serviços e comissões	22	112 760	131 897
Encargos com serviços e comissões	22	4 448	4 125
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	23		- 23 152
Resultados de activos financeiros disponiveis para venda	23	- 21 964	
Resultados de reavaliação cambial	24	4 111	16 703
Resultados de alienação de outros activos	25	- 1 221	- 1 512
Outros resultados de exploração	26	39 723	- 6 355
Produto Bancário		**603 645**	**536 041**
Custos com pessoal	27	201 089	172 602
Gastos gerais administrativos	28	221 867	208 285
Amortizações do exercicio	11,12,13	52 500	46 980
Imparidade de outros activos financeiros liquida de reversões e recuperações	7,9	70 227	88 387
Imparidade de outros activos liquida de reversões e recuperações			
Resultados antes de Impostos		**57 963**	**19 787**
Impostos			
Correntes	29	2 217	1 916
Resultados após Impostos		**55 746**	**17 871**

O Presidente Comissão Executiva — Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

O Administrador Executivo — David Luís Dupret Hopffer Almada

O Contabilista Certificado — Hércules Lima Cruz

C. Demonstração de Rendimento Integral

	31-Dez-16	31-Dez-15
Resultado Líquido	**55.746**	**17.871**
Activos financeiros disponíveis para venda		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	-	-
Impacto fiscal	-	-
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	**0**	**0**
Rendimento Integral Individual	**55.746**	**17.871**

O Presidente Comissão Executiva — Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

O Administrador Executivo — David Luís Dupret Hopffer Almada

O Contabilista Certificado — Hércules Lima Cruz

D. Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Milhares CVE

	Capital social	Outros instrumentos de capital próprio	Acções próprias	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado liquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2015	**2 330 795**			**- 7**	**- 1 328 519**	**13 397**	**1 015 666**
Resultado liquido do exercício						17 871	17 871
Resultados transitados					13 397	- 13 397	
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	**2 330 795**			**- 7**	**- 1 315 122**	**17 871**	**1 033 536**
Resultado liquido do exercício						55 746	55 746
Resultados transitados					17 871	- 17 871	
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**2 330 795**			**- 7**	**- 1 297 252**	**55 746**	**1 089 282**

O Presidente Comissão Executiva — Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

O Administrador Executivo — David Luís Dupret Hopffer Almada

O Contabilista Certificado — Hércules Lima Cruz

E. Demonstração dos fluxos de caixa

Milhares CVE

	Nota	2016	2015
Fluxo de caixa proveniente de actividades operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos recebidos		840 465	735 419
Juros, comissões e outros proveitos pagos		- 239 776	- 185 999
Outros pagamentos e recebimentos operacionais		28 794	- 8 320
Pagamentos a empregados e fornecedores		- 445 912	- 372 543
		-	-
Fluxo de caixa proveniente do resultado operacional antes da variação dos activos e passivos operacionais		**183 571**	**168 557**
		-	-
(Aumentos) Diminuições de activos operacionais		-	-
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para a venda		- 931 107	764 164
Aplicações em instituições de crédito		184 550	1 217 721
Créditos sobre clientes		- 1 207 358	- 2 010 646
Outros activos		23 946	36 694
Aumentos (Diminuições) de passivos operacionais			
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito		97 709	445 208
Recuros de clientes		2 445 527	- 1 615 103
Outros passivos		1 686	- 3 530
		-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente de actividades operacionais		**614 952**	**- 1 165 491**
		-	-
Fluxo de caixa proveniente de actividades de investimento		-	-
Aquisição de activos intangíveis		- 26 724	3 187
Aquisição de activos tangíveis		- 11 188	- 34 506
Receitas de venda de activos tangíveis			
Fluxo líquido proveniente de actividades de investimento		**- 37 912**	**- 31 319**
		-	-
Fluxo de caixa proveniente de actividades de financiamento			
Emissão de dívida titulada e subordinada		250 000	
Juros e gastos similares		- 14 750	- 14 750
		-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente de actividades de financiamento		**235 250**	**- 14 750**
		-	-
Variação líquido de Caixa e equivalentes de caixa		995 861	- 1 043 003
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1 385 667	2 417 068
Efeitos de diferenças de câmbio em Caixa e seus equivalentes		- 12 593	11 603
Caixa e Equivalentes de caixa no final do período	**Ver notas 6 e 7**	**2 368 935**	**1 385 667**

O Presidente Comissão Executiva — O Administrador Executivo — O Contabilista Certificado

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves — David Luís Dupret Hopffer Almada — Hércules Lima Cruz

15. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados

O Conselho de Administração propõe, tendo em consideração as disposições legais e estatutárias, que o resultado líquido no montante de **55.745.624$00 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e quatro escudos cabo-verdianos)** seja totalmente utilizado para cobertura dos prejuízos dos exercícios anteriores.

16. Notas às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em Milhares de Escudos Cabo-verdianos)

ENQUADRAMENTO

O Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A. (BAICV ou BAI Cabo Verde, S.A.) é uma instituição de crédito de capitais privados, constituída sob a forma de sociedade anónima por escritura pública em 31 de Março de 2008, com o NIF 254746420, registada na Conservatória do Registo Predial, Comercial e Automóvel da Praia com o n.º 2728, registada no Banco de Cabo Verde com o n.º 01/2008, tendo iniciado a sua actividade em 21 de Outubro de 2008.

A sede do Banco está localizada no edifício BAI Center, Avenida de Lisboa, Chã D'Areia, na cidade da Praia.

Com um capital social de 2.330.795,00 (dois mil, trezentos e trinta mil, setecentos e noventa e cinco milhares escudos cabo-verdianos), totalmente realizado, o Banco tem como principais accionistas o BAI - Banco Angolano de Investimentos, S.A., a Sonangol Cabo Verde - Sociedade de Investimentos, S.A. e a SOGEI- Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.

O BAICV apresenta-se como um banco universal, podendo praticar todas as operações bancárias e financeiras permitidas por lei. Entretanto, o Banco tem como estratégia o desenvolvimento de actividade de banca de empresas, *Project finance*, banca de investimentos e *private banking*.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do BAI Cabo Verde, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco, em 20/02/2017, devendo os mesmos ser sujeitos à aprovação da Assembleia Geral, convocada para o efeito, a realizar em 07/04/2017.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão reportam ao BAICV enquanto instituição individual e encontram-se expressas em milhares de Escudos Cabo-verdianos (mCVE), sendo os montantes divulgados nas Demonstrações Financeiras referidos à unidade daquela moeda.

NOTA 1 - BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

As Demonstrações Financeiras do BAICV foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo com os princípios consagrados no Novo Plano de Contas (Conforme o Anexo à Instrução nº135/2009 do BCV), e demais disposições emitidas pelo Banco de Cabo Verde, na sequência da competência que lhe é conferida pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As Demonstrações Financeiras do Banco referente aos exercícios de 2016 e 2015, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS), tal como determinado pelo Banco de Cabo Verde no seu aviso nº 2/2007, e são directamente comparáveis.

Apresenta-se no quadro abaixo o resumo das normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), com aplicação nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016 e seguintes:

Descrição	**Alteração**	**Data efetiva**
1. Alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2016		
• IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras	Revisão das divulgações no âmbito do projeto do IASB "Disclosure Initiative"	1 de janeiro de 2016
• IAS 16 e IAS 38 – Métodos de cálculo de amortização/ depreciação	Os métodos de depreciação/ amortização baseados no rédito, não são permitidos.	1 de janeiro de 2016
• IAS 16 e IAS 41 – Agricultura: Plantas que produzem ativos biológicos consumíveis	Plantas que apenas produzem ativos biológicos consumíveis, são incluídas no âmbito da IAS 16 e são mensuradas pelo modelo do custo ou pelo modelo da revalorização.	1 de janeiro de 2016
• IAS 19 – Planos de benefícios definidos	Contabilização das contribuições de empregado ou outras entidades	1 de fevereiro de 2015
• IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas	Opção de mensurar pelo método da equivalência patrimonial, nas DF's separadas, os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas.	1 de janeiro de 2016
• Alterações IFRS 10, 12 e IAS 28: Entidades de investimento - aplicação da isenção de consolidar	Isenção de consolidar aplicada às entidades de investimento, extensível a uma empresa-mãe que não qualifica como Entidade de investimento mas é uma subsidiária de uma entidade de investimento.	1 de janeiro de 2016
• IFRS 11 – Acordos conjuntos	Contabilização da aquisição de um interesse numa operação conjunta que é um negócio	1 de janeiro de 2016
• Melhorias às normas 2010 – 2012	Clarificações várias: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e IAS 24	1 de fevereiro de 2015
• Melhorias às normas 2012 – 2014	Clarificações várias: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34	1 de janeiro de 2016
2. Normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2017, já endossadas pela UE		
• IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos	1 de janeiro de 2018

Descrição	Alteração	Data efetiva
	financeiros	
• IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Reconhecimento do rédito relacionado com a entrega de ativos e prestação de serviços, pela aplicação o método das 5 etapas.	1 de janeiro de 2018
3. Normas (novas e alterações) e interpretações que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2017, ainda não endossadas pela UE		
3.1 Normas		
• IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa	Reconciliação das alterações no passivo de financiamento com os fluxos de caixa das atividades de financiamento.	1 de janeiro de 2017
• IAS 12 – Imposto sobre o rendimento	Registo de impostos diferidos ativos sobre os ativos mensurados ao justo valor, o impacto das diferenças temporárias dedutíveis na estimativa dos lucros tributáveis futuros e o impacto das restrições sobre a capacidade de recuperação dos impostos diferidos ativos	1 de janeiro de 2017
• IAS 40 – Propriedades de investimentos	Clarificação de que é exigida evidência de alteração de uso para efetuar a transferências de ativos de e para a categoria de propriedades de investimento	1 de janeiro de 2018
• IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações	Mensuração de planos de pagamentos baseados em ações liquidados financeiramente, contabilização de modificações, e a classificação dos planos de pagamentos baseados em ações como liquidados em capital próprio, quando o empregador tem a obrigação de reter imposto.	1 de janeiro de 2018
• IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	Isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as seguradoras para os exercícios que se iniciem antes de 1 de janeiro de 2021. Regime específico para os ativos no âmbito da IFRS 4 que qualificam como ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados na IFRS 9 e como ativos financeiros ao custo amortizado na IAS 39, sendo permitida a classificação da diferença de mensuração no Outro rendimento integral	1 de janeiro de 2018
• Alterações à IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Identificação das obrigações de desempenho, momento do reconhecimento do rédito de licenças PI, revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e novos regimes para a simplificação da transição.	1 de janeiro de 2018
• IFRS 16 - Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não	1 de janeiro de 2019

Descrição	Alteração	Data efetiva
	existem alterações à contabilização das locações pelos locadores.	
• Melhorias às normas 2014 - 2016	Clarificações várias: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28	1 de janeiro de 2017 / 1 de janeiro de 2018
3.2 - Interpretações		
• IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada	Taxa de câmbio a aplicar quando a contraprestação é recebida ou paga antecipadamente	1 janeiro 2018

É convicção do Conselho de Administração que a aplicação destas novas normas e interpretações não terá um impacto material nas demonstrações financeiras do Banco.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.1. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.1.1. ACTIVOS FINANCEIROS

Os activos financeiros são reconhecidos pelo BAICV na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

O BAICV classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, créditos e outros valores a receber, activos financeiros detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda.

A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação o justo valor é o montante pelo qual um activo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efectuar a transacção. Na data de transacção ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efectuada a transacção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

(i) Preços de um mercado activo;

(ii) Técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows"), conforme seja apropriado; ou

(iii) Preços obtidos junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efectuado ao custo de aquisição.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Um activo financeiro não derivado pode ser reclassificado da carteira de detidos para negociação para outra categoria de justo valor caso:

(i) Um activo respeite a definição de crédito (loans and receivables) na data da reclassificação e a instituição tenha a intenção e a possibilidade de manter o activo em carteira no curto/médio prazo ou até à maturidade;

(ii) Para os activos que não respondem ao ponto anterior, tenham ocorrido circunstâncias excepcionais e não exista, à data, a intenção de venda e compra do activo no curto.

2.1.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta categoria inclui os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor.

Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

(i) eliminem ou reduzam significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada "uma falta de balanceamento contabilístico");

(ii) um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou

(iii) se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

A avaliação destes activos é efectuada periodicamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados.

2.1.3 CRÉDITO E OUTROS VALORES A RECEBER E PROVISÕES

Os créditos e outros valores a receber compreendem todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária e imobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e não podem ser reclassificados para as restantes categorias de activos financeiros.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método pró-rata temporis, quando se tratem de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

Os créditos a clientes apenas são abatidos ao balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem substancialmente transferidos todos os riscos e benefícios associados à sua pertença.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam um (1) mês após o seu vencimento. Considera igualmente nestas situações, o montante do capital vincendo associado ao vencido. Os juros de crédito vencido, são abatidos ao activo 90 dias após a data de vencimento da prestação em atraso.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados em contas extra-patrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando:

(i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial; e

(ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Na determinação das imparidades de crédito o Banco utiliza um modelo, que assenta nos seguintes principais pressupostos:

(i) Identificação de créditos com sinais de imparidade: crédito em mora há mais de 90 dias; clientes com mais de 2 cheques devolvidos num espaço de 6 meses; clientes que verifiquem cumulativamente dois dos seguintes sinais: (a) créditos em mora; (b) cheques devolvidos num espaço de 6 meses; (c) Entrada na Central de Incidentes de Cheques (CIC); e (d) realização de pagamentos atrasados num espaço de 6 meses;

(ii) Análise individual: para a carteira significativa, tendo em consideração as estimativas de recuperação efectuadas à data de reporte. Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato.

(iii) Análise colectiva: para a carteira não sujeita à análise individual, tendo em consideração o cálculo da *Probability of Default* (PD) e do *Loss Given Default* (LGD).

O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade.

2.1.5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta categoria inclui:

(i) Activos cuja intenção é a sua detenção por um período de tempo indeterminado incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade;

(ii) Outros instrumentos financeiros que no reconhecimento inicial aqui foram enquadrados, ou

(iii) Não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39, acima descritas.

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são registados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e

cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

As variações, ganhos ou perdas, resultantes de alterações no justo valor destes activos são reconhecidas nos capitais próprios na rubrica de reservas de reavaliação, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros corridos, diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e comissões incrementais, são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efectiva. Os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os indícios de evidência de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, são:

(i) Para títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação; e

(ii) Para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa do activo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.2. PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados:

(i) Inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos; e

(ii) Subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Caso o Banco recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registada em resultados.

2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negoceia os contratos e são subsequentemente reavaliados ao justo valor. O justo valor é obtido através de preços de mercados cotados em mercados activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivados são considerados como activos no balanço, quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo, e com ganhos e perdas reconhecidos em resultados do exercício.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rendibilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os derivados são também registados em contas extra-patrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional).

2.4. ACTIVOS E PASSIVOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "*multi-currency*", sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para escudos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As conversões ou os valores em moeda estrangeira, são convertidos para ECV e as diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

A) POSIÇÃO CAMBIAL À VISTA

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Cabo Verde, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

B) POSIÇÃO CAMBIAL A PRAZO

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respectivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

2.5. RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

2.6. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

(i) Rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

(ii) Rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos no período a que se referem; e

(iii) Rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os rendimentos de serviços e comissões associados à prestação de serviços na área de "*Corporate Finance*" são reconhecidos em resultados, na medida em que são prestados por contrapartida da rubrica de Outros activos, independentemente de serem de imediato facturados, ou quando o plano financeiro difere do plano de realização do trabalho e assim dá origem ao registo dos acréscimos de proveitos associados. Os custos inerentes a estes serviços são essencialmente constituídos por custos com o pessoal, que são registados em resultados, na rubrica correspondente, à medida que são incorridos.

2.7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O Banco regista nesta rubrica, essencialmente, custos de aquisição de sistemas informáticos, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de três (3) anos ou dez (10) anos.

Os custos de manutenção de *software* são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.8. ACTIVOS TANGÍVEIS

Encontram-se nesta rubrica os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

As amortizações dos activos tangíveis e intangíveis, são calculadas segundo o método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondendo ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Edifícios	40
Obras em edifícios arrendados	20
Mobiliário e Material	8 - 12
Máquinas e Ferramentas	4 – 6
Equipamento Informático	4 – 5
Instalações Interiores	8
Material de Transporte	8
Material de Segurança	10
Outros equipamentos	10
Activos intangíveis	3 – 10

Os custos subsequentes com activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Estes activos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é o maior de entre o valor de mercado do activo deduzido de custos de venda e o seu valor de uso.

2.9. LOCAÇÃO FINANCEIRA

A contabilização de um contrato de locação é efectuada de acordo com o tipo de contrato, isto é, se o Banco assume o papel de locador ou locatário:

Como Locador:

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como Locatário:

Os activos adquiridos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo imobilizado e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros e encargos suportados são registados como custos financeiros durante o prazo da locação.

2.10. PROVISÕES E IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

As provisões são reconhecidas quando:

(i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva;

(ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e

(iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidos indícios de imparidade em activos financeiros sempre que se verifique:

(i) Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente nos pagamentos de juros ou capital;

(ii) Dificuldades financeiras significativas do devedor ou emissor da dívida;

(iii) Existência de elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou emissor da dívida;

(iv) Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal possa não ser recuperado na totalidade;

(v) Alterações significativas ou que conheça informações com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; ou

(vi) Um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

2.11. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

O Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

O Banco poderá atribuir remunerações extraordinárias aos empregados, não decorrentes de obrigações contratuais. Estas remunerações são atribuídas por deliberação do Conselho de Administração, numa data não determinada de um dado exercício e são pagas nesse mesmo exercício.

No entanto sempre que se verifiquem determinados pressupostos, designadamente o cumprimento por excesso dos objectivos de negócio previstos para o período, poderá o Conselho de Administração prever nesse período uma dotação para remuneração extraordinária a ser paga aos colaboradores.

2.12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Nos casos em que o activo não seja alienado no prazo de um ano, o Banco avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente a venda não ocorreu por razões alheias ao Banco, que o Banco desenvolveu todas acções necessárias para a venda se pudesse concretizar e que o activo continua a ser activamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

Para esta categoria de activos, adicionalmente, são observados os preceitos definidos pelo Banco de Cabo Verde através do Aviso nº 7/2015, de 24 de Dezembro.

2.13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os imóveis registados como propriedades de investimento são detidos com o objectivo de obtenção de rendas ou com objectivo de valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo.

Estes imóveis são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são mensurados pelo modelo de custo.

2.14. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (Lei n.º 82/VIII/2015, de 07 de Janeiro).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria colectável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor.

O Banco regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IUR, e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são deduzidos aos lucros tributáveis, de um ou mais dos três exercícios seguintes.

2.15. VALORES RECEBIDOS EM DEPÓSITO

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos que compõem carteiras de clientes, encontram-se registados pelo seu valor de mercado e caso não exista, ao valor nominal.

2.16. CAPITAL

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos directamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.17. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" as disponibilidades em caixa, as disponibilidades em bancos centrais, bem como as disponibilidades em instituições de crédito.

2.18. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

A) JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINACEIROS VALORIZADOS A JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade, em conformidade com os princípios da IFRS 13 – Mensuração pelo justo valor. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa de justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar valorizações diferentes daquelas reportadas e resumidas na Nota 4.

B) PERDAS POR IMPARIDADE NO CRÉDITO A CLIENTES

O processo de avaliação da carteira de crédito, de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, incorpora diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas que de fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas. O valor de imparidade para crédito a clientes apurado com base nos critérios acima referidos encontra-se indicado na Nota 9.

C) IMPOSTOS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre o rendimento, correntes e diferidos, reconhecidos no período nas Notas 14 e 29.

É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adoptados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de Dezembro de 2016.

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

O Banco encontra-se exposto a diversos tipos de riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado, risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez.

O processo de gestão dos riscos do Banco respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas.

Os riscos da actividade do Banco, nomeadamente os riscos de crédito, de taxa de juro, de câmbio, de liquidez, operacional e de compliance, são analisados e controlados pelo Conselho de Administração do Banco tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado. Complementarmente, existe um conjunto de procedimentos de controlo instituídos que garante um nível de risco adequado.

A verificação pelo órgão responsável da realização dos objectivos e orientações estabelecidos, é garantida pela existência de um sistema de "*reporting*" de periodicidade variável em função da natureza dos riscos, que permite aferir com rigor e tempestividade da evolução das principais variáveis de negócio e conferir capacidade de gestão pró-activa.

3.1. RISCO DE CRÉDITO

O Banco assume exposições de risco de crédito, que se traduzem na possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade da contraparte em assegurar os seus compromissos para com o Banco.

A actividade comercial do Banco, relativamente à concessão de crédito, situa-se na sua totalidade no espaço nacional, do que resulta a inexistência de activos sujeitos a risco país; por outro lado, a maior parte das operações de médio e longo prazo encontram-se colateralizadas por garantias reais.

O processo de controlo do risco de crédito passa pela análise rigorosa que incide sobre cada uma das propostas de créditos presentes ao Órgão competente para sua aprovação. Estão estabelecidos nos manuais de controlo interno do Banco quais os requisitos para que o crédito seja aprovado. Após a aprovação, a performance do crédito é monitorizada regularmente permitindo a antecipação de eventuais dificuldades de cumprimento e a identificação imediata de incumprimentos. Este acompanhamento e o diálogo que, nessas circunstâncias é estabelecido com os mutuários em questão, têm permitido na generalidade dos casos, não só a cabal regularização das moras incorridas, mas ainda o atento acompanhamento das condições em que os mesmos se encontram a operar, prevenindo e antecipando as consequências da sua eventual deterioração.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários, designadamente para montantes que possam vir a configurar-se como grandes riscos.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida conforme apresentado nos quadros abaixo:

	31-Dez-16		
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	**Exposição bruta**	**Provisões e imparidade**	**Exposição efectiva**
Patrimoniais			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1648.612	-	1648.612
Disponibilidades em OIC's	720.323	-	720.323
Aplicações em IC	1.154.091	-	1.154.091
Créditos a Clientes	7.794.442	355.343	7.439.099
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	-
Activos Financeiros disponíveis para venda	4.090.175	-	4.090.175
Outros activos	773.579	39.074	734.505
Total Patrimoniais	**16.181.222**	**394.417**	**15.786.805**
Extra-Patrimoniais			0
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	369.812	-	369.812
Créditos documentários abertos	175.614	-	175.614
Compromissos Perante Terceiros (Revogáveis)	246.720	-	246.720
Total Extra-Patrimoniais	**792.146**	**-**	**792.146**
Total	**16.973.368**	**394.417**	**16.578.951**

	31-Dez-15		
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	Exposição bruta	Provisões e Imparidade	Exposição efectiva
Patrimoniais			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1307.143	-	1307.143
Disponibilidades em OIC's	78.524	-	78.524
Aplicações em IC	1338.148	-	1338.148
Créditos a Clientes	6.696.128	285.880	6.410.248
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	-
Activos Financeiros disponíveis para venda	3.181032	-	3.181032
Outros activos	191706	33.925	157.781
Total Patrimoniais	**12.792.681**	**319.805**	**12.472.876**
Extra-Patrimoniais			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	441246	-	441246
Créditos documentários abertos	18.800	-	18.800
Compromissos Perante Terceiros (Revogáveis)	329.276	-	329.276
Total Extra-Patrimoniais	**789.322**	**-**	**789.322**
Total	**13.582.003**	**319.805**	**13.262.198**

Os quadros anteriores representam o pior cenário (worst case scenario) a nível de exposição do Banco a risco de crédito de clientes em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, pois não foram tidas em consideração as garantias detidas ou outras melhorias de crédito.

No que se refere à mensuração do risco de crédito, o Banco avalia regularmente a existência de evidência de situações de risco no âmbito do reporte para o Banco de Cabo Verde.

Neste contexto a metodologia e os pressupostos utilizados no cálculo da imparidade são apreciados pela Comissão Executiva.

Tendo em consideração a dimensão da carteira de crédito, a metodologia utilizada na mensuração do respectivo risco assenta em larga medida na análise individual das operações vivas e vencidas em cada data de apreciação.

Para os activos em balanço, a exposição definida é baseada no montante escriturado como reportado na face do Balanço.

A qualidade do crédito a 31 de Dezembro de 2016, resume com se segue:

	31-Dez-16			
	Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Total
Sem vencido nem imparidade individual	**5.916.168**	**504.282**	**372.852**	**6.793.302**
Com vencido mas sem imparidade individual	**16.237**	**3.368**	**2.361**	**21.966**
Inferior a 30 dias			69	69
De 31a 60 dias			1.015	1.015
De 61a 90 dias	409	3.368	521	4.299
De 91até 180 dias	6.455		600	7.056
De 181a 365 dias	1.191		51	1.242
Mais de 365	8.180		105	8.285
Créditos com imparidade individual	**932.525**	**49.323**	**45.662**	**1.027.510**
Inferior a 30 dias	268.657	34.026	26.918	329.601
De 31a 60 dias	3.441			3.441
De 61a 90 dias	3.963	8.145		12.108
De 91até 180 dias	140.927		533	141.460
De 181a 365 dias	13.203		3.358	16.561
Mais de 365	502.334	7.152	14.852	524.339
Total	**6.864.930**	**556.974**	**420.875**	**7.842.778**

Em 31 de Dezembro de 2016, o número de operações de crédito com prestações de capital vencidos era de 89 (91 em 31 de Dezembro de 2015).

Os créditos concedidos a clientes cujos termos tenham sido renegociados, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos. Os procedimentos de reestruturação incluem: alargamento das condições de pagamento, planos de gestão aprovados, alteração e diferimento dos pagamentos. As práticas e políticas de reestruturação são baseadas em critérios que, do ponto de vista da gestão do Banco, indiciam que os pagamentos têm elevada probabilidade de continuar a ocorrer. Estas políticas são mantidas em constante revisão.

A 31 de Dezembro de 2016 a carteira do Banco apresentava 54 operações reestruturadas, as quais totalizavam 1.374.177 mCVE (44 operações reestruturados a 31 de Dezembro de 2015, no montante de 1.424.269 mCVE).

A análise dos créditos reestruturados por sector é a seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Empresas	**1.271.802**	**1.296.287**
Conta Corrente Caucionada	158.927	59.426
Crédito Médio e Longo Prazo	1.111.182	1.235.169
Crédito Automóvel	1693	1.693
Particulares	**96.329**	**121.210**
Crédito Salário +	320	251
Crédito Habitação	54.370	114.167
Crédito Pessoal	41639	6.792
Empregados	**6.046**	**6.772**
Crédito Habitação	6.046	6.192
Crédito Pessoal	0	580
Total	**1.374.177**	**1.424.269**

3.2. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado surge na medida em que o Banco pode estar sujeito à possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em cotações de acções, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio.

O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital em moedas, mercadorias ou derivados.

O risco de mercado inerente à carteira de negociação e de valores mobiliários detida pelo BAICV é objecto de definição de:

i) Limites pelo Órgão do Banco (Comité de Investimento) competente para o efeito (por classes de activos, qualidade de risco das entidades emitentes de dívida, mercados/regiões geográficas susceptíveis de investimento, níveis de stop loss na carteira de negociação, etc.);

ii) Rendibilidade esperada em cada caso, procedendo aquele mesmo Órgão à periódica avaliação de desempenho e revisão das orientações de investimento em função da avaliação das tendências de mercado.

	31-Dez-16	31-Dez-15
Títulos		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública caboverdiana	4.137.807	3.222.932
De outros residentes	959.319	921772
Total	**5.097.126**	**4.144.704**

3.3. RISCO CAMBIAL

O risco de câmbio consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos da taxa de câmbio.

Este risco tem por base alterações no preço de Instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira (risco de transacção); alteração no valor contabilístico pela conversão para a moeda de escrituração das posições abertas em moeda estrangeira (risco de conversão); e alteração da posição competitiva do Banco devido a variações significativas das taxas de câmbio (risco económico de taxa de câmbio).

Os impactos negativos emergentes de flutuações de taxa de câmbio de curto prazo (risco de transacção) decorrem, normalmente, da actividade de negociação da instituição, incluindo "*market making*" e tomada e posições em moeda externa, pelo que a sua avaliação se encontra abrangida pelos tópicos do Risco de Mercado.

O contravalor, em milhares escudos cabo-verdianos, dos elementos à vista do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de Dezembro de 2016 e 2015, decompõem-se como segue:

31-Dez-16

	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	XOF	JPY	CAD	NOK	ZAR	TOTAL
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	143.299	29.596	2.266	2.620	165			187	264	36	178.433
Disponibilidades em OIC's no Exterior	627.322	24.114	362	46	150		38	33			652.065
Aplicações em OIC's		454.081									454.081
Crédito a Clientes		2.249									2.249
Total Activo	**770.621**	**510.040**	**2.628**	**2.666**	**315**	**0**	**38**	**220**	**264**	**36**	**1.286.828**
Recursos de OIC's	6.045.211	64.309									6.109.521
Recursos de Clientes	267.914	432.290	433								700.637
Outros passivos	21	6									26
Total Passivo	**6.313.146**	**496.605**	**433**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**6.810.184**
Exposição líquida	**-5.542.525**	**13.435**	**2.194**	**2.666**	**315**	**0**	**38**	**220**	**264**	**36**	**-5.523.356**

31-Dez-15

	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	XOF	JPY	CAD	NOK	DKK	TOTAL
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	95.933	35.548	701	1256	22	0	0	0	0	11	133.471
Disponibilidades em OIC's no Exterior	25.716	27.302	2.851	8.127	16	0	15	0	76	0	64.104
Aplicações em OIC's	0	454.153	0	0	0	0	0	0	0	0	454.153
Crédito a Clientes	0	3.652	0	0	0	0	0	0	0	0	3.652
Total Activo	**121.649**	**520.655**	**3.552**	**9.383**	**38**	**0**	**15**	**0**	**76**	**11**	**655.380**
Recursos de OIC's	5.882.029	9.824	0	0	0	0	0	0	0	0	5.891.853
Recursos de Clientes	125.223	503.882	501	0	0	0	0	0	0	0	629.605
Outros passivos	19	5	0	0	0	0	0	0	0	0	25
Total Passivo	**6.007.271**	**513.711**	**501**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**6.521.483**
Exposição líquida	**-5.885.622**	**6.944**	**3.051**	**9.383**	**38**	**0**	**15**	**0**	**76**	**11**	**-5.866.103**

Como decorre da análise destes quadros, o risco cambial do Banco relativamente a moedas diferentes daquela que é a base da sua actividade (escudos cabo-verdianos) é praticamente irrelevante à data de 31 de Dezembro de 2016, se tivermos em consideração que o câmbio do Euro face ao ECV tem paridade fixa.

3.4. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidade ou de prazos de refixação de taxas de juros, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e as taxas pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra-patrimioniais.

O quadro abaixo apresenta a sensibilidade do Banco ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, sendo que os prazos apresentados correspondem ao prazo

residual que decorre até à próxima actualização ou vencimento de taxa de juro contratada para cada uma das aplicações:

	31-Dez-16								
Instrumentos Financeiros	**Até 1 Mês**	**1 a 3 Meses**	**3 a 6 Meses**	**6 a 12 Meses**	**1 a 2 Anos**	**2 a 5 Anos**	**+5 Anos**	**Insensível**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	0	0	0	0	0	0	0	1648.612	1648.612
Disponibilidades em Outras IC	0	0	0	0	0	0	0	720.323	720.323
Aplicações em IC	1.153.590	0	0	0	0	0	0	501	1.154.091
Crédito a clientes	73.747	108.615	29.259	407.461	493.600	1581786	4.393.520	351.111	7.439.099
Activos Financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	525.789	1.198.300	2.361606	56.592	4.142.287
Total Activos	1227.337	108.615	29.259	407.461	1019.389	2.780.086	6.755.126	2.777.139	15.104.412
Recursos de Instituições Financeiras	0	499.227	2.898.394	1874.505	0	0	0	975.940	6.248.066
Recursos de Clientes	53.612	17.836	135.071	55.732	1009.220	516.037	2.506.082	4.622.283	8.915.874
Outros passivos subordinados	0	0	346.756	153.244	0	0	0	620	500.620
Total Passivos	53.612	517.064	3.380.221	2.083.481	1009.220	516.037	2.506.082	5.598.843	15.664.561
Gap de taxa de juro	1.173.724	-408.448	-3.350.962	-1676.020	10.168	2.264.049	4.249.044		
Gap de taxa de juro acumulado	1.173.724	765.276	-2.585.686	-4.261706	-4.251538	-1987.489	2.261555		

	31-Dez-15								
Instrumentos Financeiros	**Até 1 Mês**	**1 a 3 Meses**	**3 a 6 Meses**	**6 a 12 Meses**	**1 a 2 Anos**	**2 a 5 Anos**	**+5 Anos**	**Insensível**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	0	0	0	0	0	0	0	1307.143	1307.143
Disponibilidades em Outras IC	0	0	0	0	0	0	0	78.524	78.524
Aplicações em IC	1338.140	0	0	0	0	0	0	8	1338.148
Crédito a clientes	116.146	142.597	70.659	209.822	124.733	1480.986	3.743.850	521454	6.410.248
Activos Financeiros disponíveis para venda	303.989	508.702	201097	413.177	0	1283.154	465.934	46.879	3.222.932
Total Activos	1758.275	651299	271756	622.999	124.733	2.764.140	4.209.784	1954.009	12.356.995
Recursos de Instituições Financeiras	220.530	661590	2.756.625	1874.505	0	0	0	650.413	6.163.663
Recursos de Clientes	408.448	325.989	604.376	516.009	142.081	1063.247	0	3.392.815	6.452.965
Outros passivos subordinados	0	0	0	250.000	0	0	0	433	250.433
Total Passivos	628.978	987.579	3.361001	2.640.514	142.081	1063.247	0	4.043.661	12.867.061
Gap de taxa de juro	1129.297	-336.280	-3.089.245	-2.017.515	-17.348	1700.893	4.209.784	0	0
Gap de taxa de juro acumulado	1129.297	793.017	-2.296.228	-4.313.743	-4.331091	-2.630.198	1579.586	0	0

Análise de senbilidade						
	2016			2015		
Capitais próprios	1089.373			1033.536		
Margem finaceira	474.677			422.583		
	+200 pbs	+100 pbs	-50 pbs	+200 pbs	+100 pbs	-50 pbs
Impacto nos capitais próprios						
Total	45.231	22.616	-11308	31592	15.796	-7.898
Em %dos capitais próprios	4,15%	2,08%	-1,04%	3,06%	1,53%	-0,76%
Na margem financeira, a 12 meses						
Total	-85.234	-42.617	21309	-86.275	-43.137	21569
Em %da Margem financeira	-17,96%	-8,98%	4,49%	-20,42%	-10,21%	5,10%

3.5. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A política de controlo de risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação regular do seu *gap* de liquidez.

No que diz respeito à análise do risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Cabo Verde, o Banco ainda recorre ao conceito de *gap* de liquidez, isto é, a partir do balanço do Banco, conjugando-o com os vencimentos das operações activas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações.

O quadro seguinte apresenta os prazos contratuais residuais relativos aos activos e passivos financeiros pelos respectivos intervalos de maturidade relevantes, no final do mês de Dezembro de 2016 e 2015. Os montantes apresentados são fluxos de caixa contratuais não descontados:

	31-Dez-16						
Instrumentos Financeiros	**À vista**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1a 5 anos**	**+5 Anos**	**Prazo indeterm.**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1648.612	0	0	0	0	0	1648.612
Disponibilidades em OIC's no país	68.257	0	0	0	0	0	68.257
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro	652.066	0	0	0	0	0	652.066
Aplicações em IC	784.389	369.201	0	0	0	501	1.154.091
Crédito a clientes	23.209	159.153	436.720	2.075.386	4.393.520	351.111	7.439.099
Activos Financeiros disponíveis para venda	0	0	0	1724.089	2.361606	56.592	4.142.287
Activos não correntes detidos para venda	0	0	0	1066.872	0	0	1066.872
Outros Activos	0	0	0	0	0	177.979	177.979
Total Activos	**3.176.533**	**528.354**	**436.720**	**4.866.346**	**6.755.126**	**586.183**	**16.349.263**
Recursos de Instituições Financeiras	962.465	499.227	4.772.899	0	0	13.474	6.248.066
Recursos de Clientes	4.544.302	68.713	190.803	1525.257	2.506.082	80.718	8.915.874
Passivos por impostos correntes	0	0	373	0	0	0	373
Outros passivos subordinados	0	0	0	0	500.620	0	500.620
Outros Passivos	0	17.938	0	0	0	83.748	101686
Total Passivos	**5.506.767**	**585.878**	**4.964.075**	**1.525.257**	**3.006.703**	**177.940**	**15.766.620**
Outros compromissos fora de Balanço	**0**	**792.145**	**0**	**0**	**0**	**0**	**792.145**
Gap de Liquidez	**-2.330.234**	**-849.668**	**-4.527.355**	**3.341089**	**3.748.423**	**408.243**	**-209.502**
Gap de Liquidez acumulado	**-2.330.234**	**-3.179.903**	**-7.707.257**	**-4.366.168**	**-617.745**	**-209.502**	

Apesar do GAP negativo, existe a expectativa e tendo por base o comportamento histórico, da renovação de uma parte significativa dos passivos, nomeadamente os depósitos a ordem de clientes.

Instrumentos Financeiros	31-Dez-15						
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1a 5 anos	+5 Anos	Prazo indeterm.	Total
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1307.143	0	0	0	0	0	1307.143
Disponibilidades em OIC's no país	14.420	0	0	0	0	0	14.420
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro	64.104	0	0	0	0	0	64.104
Aplicações em IC	0	1338.140	0	0	0	0	1338.140
Crédito a clientes	0	258.744	280.481	1605.719	3.743.850	521454	6.410.248
Activos Financeiros disponíveis para venda	0	812.689	614.275	1283.154	465.934	51859	3.227.911
Activos não correntes detidos para venda	0	0	0	1077.082	0	0	1077.082
Outros Activos	0	0	0	0	0	164.513	164.513
Total Activos	1385.667	2.409.573	894.756	3.965.955	4.209.784	737.826	13.603.561
Recursos de Instituições Financeiras	**623.633**	**882.120**	**4.631.130**	**0**	**0**	**26.780**	**6.163.663**
Recursos de Clientes	3.392.815	734.436	1120.386	1205.328	0	0	6.452.965
Passivos por impostos correntes	0	0	1916	0	0	0	1916
Outros passivos subordinados	0	0	250.433	0	0	0	250.433
Outros Passivos	0	35.632	0	0	0	49.484	85.116
Total Passivos	**4.016.447**	**1.652.188**	**6.003.865**	**1.205.328**	**0**	**76.264**	**12.954.093**
Outros compromissos fora de Balanço	**0**	**789.322**	**0**	**0**	**0**	**0**	**789.322**
Gap de Liquidez	**-2.630.780**	**-31.937**	**-5.109.109**	**2.760.627**	**4.209.784**	**661561**	**-139.854**
Gap de Liquidez acumulado	**-2.630.780**	**-2.662.717**	**-7.771.827**	**-5.011.199**	**-801.416**	**-139.854**	

3.6. GESTÃO DE CAPITAL

O Banco gere o seu capital de forma rigorosa, de forma a optimizar a sua alocação e garantir o cumprimento das normas prudenciais (Avisos nº 3/2007 e 4/2007 do Banco de Cabo Verde).

	31-Dez-16	31-Dez-15
Fundos próprios de base elegíveis	987.753	987.927
Fundos próprios complementares	493.883	250.007
Fundos próprios antes das deduções	**1.481.636**	**1.237.934**
Parte que excede o limite concentração risco	7.812	68.870
Insuficiência de liquidez	0	0
Fundos Próprios	**1.473.824**	**1.169.064**
Total dos activos ponderados	**9.663.244**	**8.332.877**
Rácio de solvabilidade	**15,25%**	**14,03%**

O Banco cumpriu durante 2016 e 2015 com todos os requisitos de capital impostos pelo Banco de Cabo Verde.

NOTA 4 - JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor, sempre que possível, é estimado, utilizando cotações em mercados activos. Para instrumentos financeiros em que não existe mercado activo, por falta de liquidez e ausência de transacções regulares, são utilizados métodos e técnicas de avaliação para estimar o justo valor.

Instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor

No quadro seguinte apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e respectivos métodos de valorização:

				31-Dez-16
				(Milhares de escudos)
	Valorizados ao Justo Valor			
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Justo Valor
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Activos Financeiros disponíveis para venda		4.137.807		4.137.807
Instrumentos de dívida - Obrigações do Tesouro de Cabo Verde (ver Nota 7)		4.137.807		4.137.807
Ativos financeiros	**0**	**4.137.807**	**0**	**4.137.807**

				31-Dez-15
				(Milhares de escudos)
	Valorizados ao Justo Valor			
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Justo Valor
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Activos Financeiros disponíveis para venda		3.176.052		3.176.052
Instrumentos de dívida - Obrigações do Tesouro de Cabo Verde (ver Nota 7)		3.176.052		3.176.052
Ativos financeiros	**0**	**3.176.052**	**0**	**3.176.052**

Durante 2015 e no decorrer de 2016, o Banco não teve activos financeiros ao justo valor mensurados no nível 3 da hierarquia de justo valor da IFRS 13.

Na construção dos quadros acima foram utilizados os seguintes pressupostos.

- Valores de mercado ou cotação (Nível 1): nesta coluna são incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado activo;

- Análise de mercado (Nível 2): nesta coluna são incluídos instrumentos financeiros que são valorizados com base em variáveis observáveis do mercado;

- Outras (Nível 3): nesta coluna são incluídos instrumentos financeiros que são valorizados com recurso a variáveis não observáveis em mercado.

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado

No quadro seguinte apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao custo amortizado nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

					31-Dez-16
					(Milhares de escudos)
		Justo Valor			
	Activos/passivos registados ao custo amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Justo Valor
		(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1648.612		1648.612		1648.612
Disponibilidades em outras instituições de crédito	720.323		720.323		720.323
Activos Financeiros disponíveis para venda	4.480			4.480	4.142.287
Instrumentos de capital (ações) a)	4.480			4.480	4.480
Aplicações em instituições de crédito	1.154.091		1.154.091		1.154.091
Crédito a clientes	7.794.442			7.439.099	7.439.099
Ativos financeiros	**11.321.947**	**0**	**3.523.026**	**7.443.579**	**15.104.412**
Recursos de outras instituições de crédito	6.248.066		6.248.066		6.248.066
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.915.874		8.915.874		8.915.874
Outros passivos subordinados	500.620		500.620		500.620
Passivos financeiros	**15.664.561**	**0**	**15.664.561**	**0**	**15.664.561**

a) Ativos ao custo de aquisição liquidos de imparidades. Estes ativos referem-se a instrimentos de capital por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transacções recentes no mercado nem é possivel estimar com fiabilidade o seu justo valor.

					31-Dez-15
					(Milhares de escudos)
		Justo Valor			
	Activos/passivos registados ao custo amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Justo Valor
		(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1307.143		1307.143		1307.143
Disponibilidades em outras instituições de crédito	78.524		78.524		78.524
Activos Financeiros disponíveis para venda	4.980			4.980	3.181032
Instrumentos de capital (ações) a)	4.980			4.980	4.980
Aplicações em instituições de crédito	1338.148		1338.148		1338.148
Crédito a clientes	6.696.128			6.410.248	6.410.248
Ativos financeiros	**9.424.924**	**0**	**2.723.816**	**6.415.228**	**12.315.096**
Recursos de outras instituições de crédito	6.163.663		6.163.663		6.163.663
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.452.965		6.452.965		6.452.965
Outros passivos subordinados	250.433		250.433		250.433
Passivos financeiros	**12.867.061**	**0**	**12.867.061**	**0**	**12.867.061**

a) Ativos ao custo de aquisição liquidos de imparidades. Estes ativos referem-se a instrimentos de capital por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transacções recentes no mercado nem é possivel estimar com fiabilidade o seu justo valor.

O justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros, não tendo sido determinado com esse objectivo.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no Balanço ao custo amortizado são analisados como se seguem:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras em outras instituições de crédito, Aplicações em instituições de crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na utilização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfólio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de bancos centrais, Recursos de outras instituições de crédito e Recursos de clientes e outros empréstimos

Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Outros passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 5 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

A rubrica resume como se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Caixa	465.441	302.940
Notas e moedas nacionais	287.008	169.469
Notas e moedas estrangeiras	178.433	133.471
Depósitos à ordem no Banco Central	1.183.171	1004.203
Total	**1.648.612**	**1.307.143**

O saldo da rubrica Depósitos à ordem no Banco Central inclui depósitos à ordem em moeda nacional que visam satisfazer as exigências de reservas mínimas de caixa obrigatórias do Banco de Cabo Verde.

A 31 de Dezembro de 2016, o saldo médio das reservas mínimas de caixa, exigido pelo Banco de Cabo Verde, corresponde ao montante de mCVE 1.133.207 (2015: mCVE 809.588).

Nos exercícios de 2016 e 2015, estes depósitos não foram remunerados.

NOTA 6 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição da rubrica resulta conforme se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País	**68.257**	**14.420**
Cheques a cobrar	68.257	14.420
Disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito no estrangeiro	**652.066**	**64.104**
Depósitos à ordem em outras instituições de credito	58.020	20.365
Cheques a cobrar em outras instituições de credito	23.889	6.991
Depósitos à ordem em sede e sucursais da própria instituição	570.157	36.749
Total Disponibilidades	**720.323**	**78.524**

As disponibilidades sobre outras IC no estrangeiro, representa essencialmente depósitos constituídos junto dos nossos correspondentes, para efectuar operações relacionadas com transferências, trade finance, cartas de crédito e remessas documentárias.

NOTA 7 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Activos financeiros disponíveis para venda apresenta a seguinte decomposição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Instrumentos de dívida	**4.085.695**	**3.176.052**
De dívida pública caboverdiana		
Custo amortizado	4.073.394	3.141787
Diferencial para justo valor	12.301	34.265
Imparidade acumulada	0	0
Instrumentos de capital	**4.480**	**4.980**
Valorizados ao justo valor		
Valorizados ao justo valor	48	48
Imparidade acumulada	0	0
Valorizados ao cuto histórico		
Valor antes de imparidade acumulada	4.432	4.932
Imparidade acumulada	0	0
Juros a receber	**52.112**	**46.879**
Imparidade acumulada	**0**	**0**
Total	**4.142.287**	**3.227.911**

A taxa média dos instrumentos de dívida vivos em 31 de Dezembro de 2016 ascendia 5,05% (2015: 5,62%).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

	Instrumentos de dívida	Instrumentos de capital	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	**0**	**0**	**0**
Dotações	0	763	763
Utilizações	0	-763	-763
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**0**	**0**	**0**

NOTA 8 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição da rubrica aplicações em instituições de crédito encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Aplicações em Instituições de Crédito no país		
No Banco Central	700.000	884.000
Em outras instituições de crédito	369.201	0
Aplicações em Instituições de Crédito no estrangeiro		
Outras instituições de crédito	0	100.920
Sede e sucursais da própria instituição	84.389	353.220
Juros a receber	501	18
Juros com rendimento diferido	0	-10
Total	**1.154.091**	**1.338.148**

A taxa média das aplicações vivas em 31 de Dezembro de 2016 é de 1,10% (0,28% em 2015).

NOTA 9 – CRÉDITO A CLIENTES

A decomposição da rubrica crédito a clientes resume no quadro que se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Empresas Vincendo:	**5.442.696**	**4.557.829**
Descoberto em depósitos à ordem	32.015	74.231
Crédito Automóvel	51.290	39.028
Conta Corrente Caucionada	501.690	352.125
Crédito à Construcão	46.933	55.173
Crédito Hipotecário	13.607	14.653
Crédito Médio e Longo Prazo	4.787.662	4.021.594
Credito Habitação	0	1.025
Crédito a Pequenos Negócios	9.499	0
Particulares Vincendo:	**709.805**	**567.712**
Descoberto em depósitos à ordem	16.018	10.238
Conta Corrente Caucionada	8.200	1.368
Crédito Automóvel	59.055	32.788
Crédito Habitação	338.220	294.362
Crédito Construção	10.927	11.330
Crédito Medio e Longo Prazo	68.709	38.897
Crédito Pessoal	138.062	123.770
Crédito Hipotecário	14.646	15.151
Crédito Salário Funcionário	0	161
Crédito Salário +	40.561	33.424
Crédito Educação FICASE	8.893	6.222
Crédito a Pequenos Negócios	6.017	0
Crédito Consumo +	498	0

Empregados Vincendo:	**223.017**	**189.123**
Descoberto em depósitos à ordem	315	1099
Cartões de crédito	55	0
Crédito Automóvel	5.985	5.784
Crédito Habitação	198.088	167.591
Crédito Pessoal	2.027	34
Crédito Salário Funcionário	16.547	14.615
Empresas Vencido:	**296.164**	**306.051**
Crédito Turismo e a Restauracão	421	421
Crédito Médio e Longo Prazo	274.980	285.859
Crédito automóvel	4.665	4.699
Crédito Hipotecário	15.072	15.072
Crédito Habitação	1025	0
Particulares Vencido	**38.193**	**84.252**
Crédito Automóvel	3.542	567
Crédito Médio e Longo Prazo	6.893	6.893
Crédito Pessoal	4.938	6.380
Crédito Educação FICASE	247	0
Crédito Habitação	18.014	66.376
Crédito Salário +	4.559	4.036
Outros créditos e valores a receber (titulados)	**1.084.132**	**979.294**
Sub-Total	**7.794.007**	**6.684.262**
Juros corridos	**33.404**	**26.474**
Juros vencidos	**6.170**	**7.570**
Despesas de crédito vencido	**9.198**	**15.336**
Receitas com rendimento diferido	**-48.336**	**-37.514**
Imparidade de crédito a clientes	**-355.343**	**-285.880**
Valor Liquido de Crédito a Clientes	**7.439.099**	**6.410.248**

A taxa média dos créditos vivos em 31 de Dezembro de 2015 foi de 10,83% (2015: 10,86%).

Em 31 de Dezembro de 2016, saldo da imparidade acumulada atingiu o montante de 355.343 mCVE, o que representa 4,56% do total da carteira de crédito (2015: 4,27%).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores do crédito foram os seguintes:

	Empresas	Particulares	Empregados	Outros créditos (titulados)	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2015	**212.800**	**11.965**	**1.823**	**257**	**226.845**
Dotações	86.314	5.191	0	81577	173.082
Utilizações	-27.687	-1665	0	0	-29.352
Reversões	-79.891	-2.981	-1823	0	-84.695
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	**191537**	**12.509**	**0**	**81835**	**285.880**
Dotações	77.135	4.639	0	48.330	130.104
Utilizações	0	0	0	0	0
Reversões	-57.201	-3.440	0	0	-60.641
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**211.471**	**13.708**	**0**	**130.165**	**355.343**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados) "inclui o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber". Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

	Título	31-Dez-16	31-Dez-15	Maturidade
CVIFHCOM0005	IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	32.442	32.442	06-01-2019
CVCFFAOM0005	CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	40.456	171332	30-05-2026
CVCFFBOM0004	CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	140.927	0	31-07-2029
CVSOGAOM0005	Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	230.736	233.833	18-02-2017
CVLIIAOM0008	Laboratórios INPHARMA – INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, S.A.	6.355	8.532	24-12-2019
CVTACBOM0003	TACV-Transportes Aereos Cabo Verde	430.047	461902	28-05-2030
CVTACCOM0002	TACV-Transportes Aereos Cabo Verde	141003	0	18-11-2031
CVEMPAOM0002	EMPROFAC SARL	67.519	75.958	29-09-2020
	Total	**1089.484**	**984.000**	

Os valores apresentados são ilíquidos do montante de imparidades, registados para a carteira de créditos titulados, no montante de 130.165 mCVE (81.835 mCVE em 2015).

Em 31 de Dezembro de 2016 as obrigações emitidas pela CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A. e pela SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. encontram-se em incumprimento, com Cupões vencidos desde Julho de 2016 e Agosto de 2014, respectivamente.

Seguindo instruções do Banco de Cabo Verde, o Banco está comprometido a provisionar as obrigações detidas da SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda., e da CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2016 o Banco tem aprovisionado 40% das obrigações da CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A e 25% das obrigações detidas da SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.

Para os próximos dois exercícios está previsto o seguinte nível provisionamento das duas emissões:

	Título	31-Dez-17	31-Dez-18
CVCFFAOM0005	CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	60,00%	100,00%
CVSOGAOM0005	Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	30,00%	35,00%

O provisionamento da emissão CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A será reforçada para 100% no exercício de 2018, caso se realize o cenário de saída do Estado de Cabo Verde do capital social do emitente, cumulativamente à degradação da situação operacional e financeira da empresa.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, a assembleia de obrigacionistas da CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A. deliberou a reestruturação da operação, tendo a emissão sido divida em 4 (quatro) séries. Os títulos detidos pelo Banco passaram a ter maturidade em 31 de Julho de 2029, a taxa de juros passou para 4,00% e, os juros vencidos até 31 de Janeiro de 2016 foram reestruturados para serem liquidadas em 120 prestações mensais.

O nível de imparidade previsto para as obrigações da SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. em 31 de Dezembro de 2018, corresponde ao diferencial entre o valor do crédito e o valor estimado que o colateral que lhe está associado terá nessa data, considerando um *haircut* de 50%.

NOTA 10 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A decomposição da rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Activos não correntes detidos para venda		
Activos tangíveis não correntes detidos para venda		
Imóveis	510.313	1077.231
Equipamentos	0	5.000
Sub-total	**510.313**	**1.082.231**
Imparidade acumulada	0	-5.149
Total	**510.313**	**1.077.082**

A rubrica inclui essencialmente os imóveis recebidos na recuperação de crédito de crédito a clientes. A variação da rubrica durante os exercícios de 2016 e 2015, resume conforme se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Saldo inicial	**1.082.231**	**997.497**
Entradas	108.867	232.732
Vendas	-5.642	-28.702
Transferências	-675.143	-119.296
Saldo final	**510.313**	**1.082.231**

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, foi transferido para a rubrica de *Propriedades de investimento* (Nota 11) o montante de 113.436 mCVE referente ao valor de um imóvel arrendado à uma terceira entidade e, foi transferido para a rubrica *Outros activos* (Nota 15) o montante de 561.707 mCVE referente a terrenos no Balanço do Banco recebidos na recuperação de crédito a clientes, e que não cumpriam os requisitos para se encontrarem registados como activos não correntes detidos para venda.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Saldo inicial	**5.149**	**5.149**
Dotações	0	0
Transferências	-5.149	0
Reversões	0	0
Saldo final	**0**	**5.149**

Para efeitos de determinação de eventuais imparidades, as avaliações dos activos não correntes detidos para venda são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito.

NOTA 11 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A decomposição da rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Propriedades de investimento		
Edifícios	113.436	0
Total	**113.436**	**0**

A variação da rubrica resulta conforme se segue:

	Edifícios	Outros	Total
Custo aquisição			
Saldo a 31/12/2015	**0**	**0**	**0**
Transferências	113.436	0	113.436
Saldo a 31/12/2016	**113.436**	**0**	**113.436**
Depreciações			**0**
Saldo a 31/12/2015	**0**	**0**	**0**
Adições	2.363		2.363
Saldo a 31/12/2016	**2.363**	**0**	**2.363**
Saldo líquido a 31-Dez-2016	**111.073**	**0**	**111.073**
Saldo líquido a 31-Dez-2015	**0**	**0**	**0**

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, foi transferido da rubrica *Activos não correntes detidos para venda* (Nota 10) o montante de 113.436 mCVE, referente ao valor de um imóvel arrendado à uma terceira entidade. Este imóvel encontra-se a ser depreciado a taxa de 2,50%.

No exercício de 2016 as depreciações ascenderam a 2.363 mCVE.

NOTA 12 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

A decomposição da rubrica é conforme segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Imóveis	**401.410**	**389.201**
Edifícios	122.270	119.296
Obras em imóveis arrendados	279.140	269.905
Equipamento:	**370.718**	**363.811**
Mobiliário e material	115.514	115.245
Maquinas e ferramentas	31.869	27.334
Equipamento informático	108.363	100.729
Instalações interiores	1.441	980
Veículos	49.363	56.573
Equipamento de segurança	53.355	53.196
Outro equipamento	8.080	7.021
Outros activos tangíveis	2.733	2.733
Activos tangíveis em curso	**1.140**	**9.067**
Sub-total	**773.267**	**762.079**
Depreciações Acumuladas	**439.310**	**418.157**
Total	**333.957**	**343.922**

A variação da rubrica resulta conforme se segue:

	Imóveis e Equipamento	Activos tangíveis em curso	Total
Custo aquisição			
Saldo a 31/12/2014	**601.904**	**6.372**	**608.277**
Adições	32.431	21037	53.468
Transferências	119.296	-18.343	100.954
Abates e/ou Alienações	-620		-620
Saldo a 31/12/2015	**753.012**	**9.067**	**762.079**
Adições	42.255		42.255
Transferências	7.927	-7.927	0
Abates e/ou Alienações	-31067		-31067
Saldo a 31/12/2016	**772.127**	**1.140**	**773.267**
Depreciações			**0**
Saldo a 31/12/2014	**374.786**	**0**	**374.786**
Adições	43.902		43.902
Abates e/ou Alienações	-532		-532
Saldo a 31/12/2015	**418.156**	**0**	**418.156**
Adições	45.245		45.245
Abates e/ou Alienações	-24.091		-24.091
Saldo a 31/12/2016	**439.310**	**0**	**439.310**
Saldo líquido a 31-Dez-2016	**332.817**	**1.140**	**333.957**
Saldo líquido a 31-Dez-2015	**334.856**	**9.067**	**343.923**

NOTA 13 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

A decomposição da rubrica é conforme segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Sistema tratamento automático de dados	74.764	35.484
Activos intangíveis em curso	5.706	18.262
Outros activos intangíveis	4.696	4.696
Sub-Total	**85.166**	**58.442**
Depreciações Acumuladas	33.801	28.909
Total	**51.365**	**29.533**

Os movimentos nesta rubrica resume conforme se seguem:

	Sistema tratamento automático de dados	Activos intangíveis em curso	Outros activos intangíveis	Total
Custo aquisição				
Saldo a 31/12/2014	**21.395**	**35.539**	**4.696**	**61.630**
Adições	14.090	4.419		18.509
Outros movimentos	-	21.696	-	21.696
Saldo a 31/12/2015	**35.484**	**18.262**	**4.696**	**58.443**
Adições	1549	25.174	-	26.723
Transferências	37.730 -	37.730		0
Saldo a 31/12/2016	**74.764**	**5.706**	**4.696**	**85.166**
Depreciações				-
Saldo a 31/12/2014	**21.135**	**-**	**4.696**	**25.831**
Adições	3.078			3.078
Saldo a 31/12/2015	**24.213**	**-**	**4.696**	**28.909**
Adições	4.891			4.891
Saldo a 31/12/2016	**29.105**	**-**	**4.696**	**33.801**
Saldo líquido a 31-Dez-2016	**45.659**	**5.706**	**-**	**51.365**
Saldo líquido a 31-Dez-2015	**11.271**	**18.262**	**-**	**29.533**

As principais adições nesta rubrica estão relacionadas com a implementação de novos sistemas de informação, nomeadamente o *Sistema de Gestão de Cartões*, visando o incremento das operações comerciais do Banco.

NOTA 14 – ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo apresentado na rubrica de Activos por impostos correntes, refere-se a retenções na fonte por conta do imposto, a serem deduzidos à colecta nos termos do CIRPC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

	31-Dez-16	31-Dez-15
Activos por impostos correntes:		
Rentenções na fonte por conta do imposto	10.224	10.605
Pagamentos por conta IRPC	52	0
Total	**10.276**	**10.605**

O detalhe das retenções na fonte por exercício segue no quadro que se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Exercício 2016	3.308	0
Exercício 2015	0	1728
Exercício 2014	0	399
Exercício 2013	0	1562
Exercício 2012	1661	1661
Exercício 2011	2.187	2.187
Exercício 2010	2.306	2.306
Exercício 2009	762	762
Total	**10.224**	**10.605**

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo apresentado na rubrica de Passivos por impostos correntes, corresponde ao IRPC apurado no exercício de 2016, e que será liquidado no exercício de 2017.

É nossa convicção que o pedido de reembolso formulado à Direcção Nacional de Receitas do Estado, no montante de 6.916 mCVE, referente ao imposto sobre o rendimento das obrigações da carteira própria e relativo aos exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012, o qual foi retido e pago ao Estado de cabo Verde, será decido a favor do Banco pelo que o saldo anteriormente referido será integralmente recuperável.

NOTA 15 – OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS

A decomposição da rubrica Outros Activos encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-16		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
Outros Activos	**704.669**	**0**	**704.669**
Devedores residentes	129.490	0	129.490
Devedores não residentes	9.671	0	9.671
Devedores aplicações diversas	2.411	0	2.411
Activos por recuperação de crédito	561707	0	561707
Outros Activos	1390	0	1390
Outros Rendimentos a Receber	**825**	**0**	**825**
Por linhas de crédito irrevogáveis	43	0	43
Outros rendimentos a receber	782	0	782
Despesas com encargo diferido	**7.499**	**0**	**7.499**
Seguros	180	0	180
Outros	7.319	0	7.319
Outras contas de regularização	**60.587**	**39.074**	**21.512**
Outras operações a regularizar	60.587	39.074	21.512
Total de Outros Activos	**773.579**	**39.074**	**734.505**

	31-Dez-15		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
Outros Activos	**141.407**	**0**	**141.407**
Devedores residentes	133.371	0	133.371
Devedores não residentes	3.441	0	3.441
Devedores aplicações diversas	2.666	0	2.666
Outros Activos	1929	0	1929
Outros Rendimentos a Receber	**696**	**0**	**696**
Por linhas de crédito irrevogáveis	22	0	22
Outros rendimentos a receber	674	0	674
Despesas com encargo diferido	**6.733**	**0**	**6.733**
Seguros	127	0	127
Outros	6.605	0	6.605
Outras contas de regularização	**49.603**	**33.925**	**15.678**
Outras operações a regularizar	49.603	33.925	15.678
Total de Outros Activos	**198.438**	**33.925**	**164.513**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo apresentado na rubrica devedores residentes inclui, mECV 125.492 referente ao valor das obras realizadas na anterior Sede do Banco, por conta do proprietário do edifício. É expectativa do Banco recuperar o montante em dívida a curto prazo, via dação em cumprimento da participação no capital social do BAI Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo apresentado na rubrica *outros activos*, inclui o montante 561.707 mCVE, transferido da rubrica *activos não correntes detidos para venda* (Nota 10), referente aos terrenos no Balanço do Banco, provenientes da recuperação de crédito a clientes.

Em 31 de Dezembro de 2016, o montante registado em outras operações a regularizar, diz respeito essencialmente a movimentos que são saldados no ano seguinte, nomeadamente a regularização do *stock* do economato e contas de compensação.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica de Imparidade de Outros Activos ascende ao montante de mCVE 39.074.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a decomposição da rubrica Outros Passivos encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Credores e Outros Recursos	**17.938**	**35.632**
Retenção imposto na fonte	7.472	8.738
Contribuição para a Providência Social	2.526	2.297
Cobrança por conta de terceiros	211	136
Fornecedores diversos	4.235	3.807
Outros credores	3.494	20.653
Encargos a Pagar	**44.353**	**47.163**
Por gastos com o pessoal	6.897	4.909
Por gastos gerais administrativos	37.456	42.254
Outras Contas de Regularização	**39.395**	**2.321**
Outras operações a regularizar	39.395	2.321
Total de Outros Passivos	**101.686**	**85.116**

A retenção dos impostos a entregar ao Estado, refere-se essencialmente ao imposto sobre rendimentos de trabalho dependente, sobre rendimentos prediais e sobre rendimentos de capitais.

A contribuição para a providência social, corresponde à aplicação de uma taxa de 24,5% (16% por conta da entidade patronal e 8,5% da responsabilidade do empregado) sobre as remunerações liquidadas em Dezembro de 2016, a qual deverá ser entregue em Janeiro de 2017.

O saldo apresentado em Fornecedores diversos é resultante de aquisição de bens e serviços, cujas facturas aguardam liquidação, a qual deverá ocorrer nos primeiros meses de 2017.

Os custos a pagar ao pessoal, são acréscimos de gastos com o pessoal, relativamente as férias e férias vencidas não gozadas em 2015, e que serão regularizadas em 2017.

NOTA 16 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Recursos de Instituições de Crédito no país	**0**	**0**
Depósitos à ordem	0	0
Recursos de Instituições de Crédito no estrangeiro	**6.234.592**	**6.136.883**
Depósitos à ordem	962.465	623.633
Depósitos à prazo	971792	1.102.650
Empréstimos	4.300.335	4.410.600
Juros a pagar	**13.474**	**26.780**
Total Recursos de Outras IC's	**6.248.066**	**6.163.663**

(i) Os depósitos a prazo são constituídos em moeda estrangeira, e a taxa de juro média de remuneração das operações vivas a 31 de Dezembro de 2016 ascende a 3,15% (2015: 3,15%). Os depósitos à ordem não são remunerados.

(ii) Os empréstimos são constituídos em moeda estrangeira, e a taxa de juro média de remuneração das operações vivas a 31 de Dezembro de 2016 ascende a 1,82% (2015: 1,15%).

NOTA 17 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

A decomposição da rubrica resume-se no quadro que se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Recursos do Sector Público Administrativo	**2.662.432**	**5.318**
Depósitos à ordem	912.432	5.318
Depósitos a prazo	1750.000	0
Recursos de Residentes	**5.625.075**	**5.885.946**
Depósitos à ordem	3.396.467	3.058.326
Depósitos a prazo	2.182.985	2.763.278
Outros recursos de clientes (cheques e ordens a pagar)	45.623	64.342
Recursos de Emigrantes	**401.608**	**390.268**
Depósitos à ordem	74.322	136.578
Depósitos a prazo	327.286	253.690
Recursos de Não Residentes	**146.041**	**108.098**
Depósitos à ordem	112.720	64.916
Depósitos a prazo	33.321	43.183
Juros a pagar	**80.718**	**63.335**
Total de Recursos de Clientes	**8.915.874**	**6.452.965**

Os depósitos a prazo são constituídos em moeda nacional e moeda estrangeira, e a taxa de juro média remuneratória das operações vivas a 31 de Dezembro de 2016 ascende a 3,94% (2015: 4,04%).

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

31-Dez-16

	Data de emissão	Valor Nominal	Juros	Despesas incrementais	Valor balanço (custo amortizado)	Taxa Juros	Maturidade
Obrigações subordinadas	2016	500.000	620	0	500.620	5,00%	2022
Total		**500.000**	**620**	**0**	**500.620**		

31-Dez-15

	Data de emissão	Valor Nominal	Juros	Despesas incrementais	Valor balanço (custo amortizado)	Taxa Juros	Maturidade
Obrigações subordinadas	2010	250.000	574	-141	250.433	5,90%	2016
Total		**250.000**	**574**	**-141**	**250.433**		

No exercício de 2016, o empréstimo subordinado emitido em 2010 atingiu a sua maturidade. O Banco procedeu a uma nova emissão de dívida subordinada, no montante de mCVE 500.000 com maturidade em 2022.

NOTA 19 – CAPITAL

A estrutura accionista do Banco no final de 2016 e 2015 era a seguinte:

	%	Nº Acções	31-12-2016	31-12-2015
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	80,432	1875	1874.695	1874.695
Sonangol Cabo Verde – Sociedade de Investimentos, S.A.	16,303	380	380.000	380.000
SOGEI – Sociedade de Gestão de Investimentos, SA	3,265	76	76.100	76.100
Total	**100,000**	**2.331**	**2.330.795**	**2.330.795**

O capital é constituído por 2.330.795 acções de valor nominal de 1.000$00 (mil escudos cabo-verdianos) cada, totalmente realizado.

Nenhum dos membros dos órgãos sociais detém participação no capital do Banco.

O Banco cumpriu durante os exercícios de 2016 e 2015 com os todos os requisitos de capital impostos pelo Bano de Cabo Verde.

NOTA 20 – OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Outras reservas e resultados transitados	-1297.252	-1315.122
Total	**-1.297.252**	**-1.315.122**

A 31 de Dezembro de 2016, o saldo apresentado na rubrica Outras reservas e resultados transitados, no valor de mCVE -1.297.252 resulta do efeito conjugado de resultados líquidos negativos ocorridos antes do exercício 2014 e do resultado líquido positivos obtidos nos exercícios de 2014 e 2015.

NOTA 21 – MARGEM FINANCEIRA

A saldo da Margem Financeira decompõe-se como se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Juros e Rendimentos Similares	**729.019**	**647.189**
Disponibilidades em IC's	0	0
Aplicações em IC's	4.739	2.307
Crédito a clientes	532.755	432.249
Activos financeiros	191525	212.633
		0
Juros e Encargos Similares	**254.342**	**224.606**
Recursos de IC's	93.817	87.772
Recursos de clientes	145.587	121946
Passivos subordinados	14.938	14.888
Outros juros e encargos similares	0	0
Margem Financeira	**474.677**	**422.583**

NOTA 22 – RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

A rubrica resulta como se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Rendimentos com serviços e comissões:	**112.760**	**131.897**
Garantias prestadas	10.347	10.217
Serviços prestados	81.936	94.861
Operações realizadas por conta de terceiros	11.637	10.937
Outras	8.840	15.884
Encargos com serviços e comissões:	**4.448**	**4.125**
Instrumentos financeiros	0	0
Serviços bancários prestados por terceiros	77	51
Por operações realizadas por terceiros	3.418	2.857
Outras	953	1.217
Comissões liquidas	**108.312**	**127.772**

NOTA 23 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo da rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Ganhos em activos financeiros:	**0**	**0**
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0
Perdas em activos financeiros:	**21.964**	**23.152**
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	21.964	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	23.152
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor atraves de resultados	**-21.964**	**-23.152**

NOTA 24 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O saldo da rubrica compreende como se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Ganhos em operações cambiais:	**886.489**	**1.206.438**
Na posição cambial à vista	886.489	1206.438
		0
Perdas em operações cambiais:	**882.377**	**1.189.736**
Na posição cambial à vista	882.377	1.189.736
		0
Resultados de reavaliação cambial	**4.111**	**16.703**

NOTA 25 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Ganhos em activos não financeiros:	**0**	**453**
Outros activos tangíveis		0
Activos não correntes detidos para venda	0	453
		0
Perdas em activos não financeiros:	**1.221**	**1.965**
Outros activos tangíveis	1221	1965
		0
Resultados de alienação de outros activos	**-1.221**	**-1.512**

NOTA 26 – OUTROS RESULTADOS EXPLORAÇÃO

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Rendimentos de exploração por:	**47.576**	**3.128**
Outros	47.576	3.128
		0
Gastos de exploração por:	**7.853**	**9.483**
Quotizações e donativos	2.461	4.756
Outros impostos	3.933	3.773
Outros	1459	954
		0
Outros resultados de exploração	**39.723**	**-6.355**

No exercício de 2016, os ganhos registados na rubrica *outros rendimentos de exploração*, representa essencialmente a anulação de acréscimos de custos em exercícios anteriores, cujo exfluxo financeiro previsto veio a não se concretizar.

NOTA 27 – CUSTOS COM O PESSOAL

A rubrica resulta conforme se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Remuneração dos órgãos de gestão	**48.988**	**34.544**
Remuneração Mensal	39.599	24.816
Subsídios	4.804	5.133
Outras remunerações	4.585	4.594
		0
Remuneração dos empregados	**128.304**	**114.309**
Remuneração mensal	82.241	73.737
Remunerações adicionais	615	583
Subsídios	45.426	39.855
Outras remunerações	22	134
		0
Encargos sociais obrigatórios	**20.486**	**17.887**
Providência Social	20.310	17.724
Seguro de acidentes de trabalho	176	163
		0
Outros custos com pessoal	**3.311**	**5.862**
		0
Total	**201089**	**172.602**

O efectivo de trabalhadores durante os exercícios de 2016 e 2015, distribuído pelas seguintes categoriais profissionais foi o seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Conselho de Administração	5	5
Direcção	8	9
Secretariado	2	2
Técnicos	59	60
Outras funções	5	5
Total	**79**	**81**

As informações relacionadas com a Administração do Banco encontram-se divulgadas na Nota 31.

NOTA 28 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A rubrica decompõe-se conforme se segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Gastos Gerais Administrativos		
Com fornecimentos de terceiros	**27.111**	**27.433**
Agua, Energia e combustível	19.201	19.770
Impressos e material consumo	6.597	5.822
Outros fornecimentos (materiais diversos)	1313	1840
Com serviços de terceiros	**194.756**	**180.852**
Rendas e alugueres	103.405	101026
Comunicação e despesas de expedição	13.548	11247
Deslocações, estadas e representação	8.385	7.261
Publicidade e edição	6.328	6.429
Conservação e reparação	5.730	6.617
Transportes	1395	1048
Formação de pessoal	699	555
Seguros	2.813	2.453
Serviços especializados	25.708	23.628
Outros serviços de terceiros	26.745	20.589
Total	**221867**	**208.285**

NOTA 29 – IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de Dezembro de 2016.

No quadro abaixo, apresenta-se a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificado nos exercícios de 2016 e 2015:

	2016		2015	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		57.963		19.787
				-
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,50%	14.781	25,50%	5.046
Correcções fiscais (Acréscimos)				-
As depreciações e amortizações efetuadas fora dos termos previstos no CIRPC	0,71%	412	10,19%	5.904
Perdas por imparidade de seguradoras ou instituições bancárias não aceites ou para além dos limites legais	0,00%	-	0,51%	293
O IRPC, as tributações autónomas, e quaisquer outros impostos que incidam sobre lucros	3,82%	2.217	0,00%	-
As multas, coimas e encargos pela prática de infrações, incluindo juros compensatórios	0,01%	5	0,00%	-
Prémios de seguros de doença e de acidentes pessoais, gastos com seguros	0,22%	128	0,03%	16
Imposto único sobre o património, exceto imóveis cuja compra e venda façam parte do ramo imobiliário	1,71%	994	0,15%	89
Acréscimo de 30% do total dos gastos com viaturas ligeiras de passageiros	1,54%	894	1,64%	953
50% dos gastos com despesas de representação	0,06%	34	1,75%	1.017
Correcções fiscais (Deduções)				-
Benefícios fiscais	-0,40%	(231)	0,00%	-
Outras correções fiscais	-5,40%	(3.129)	0,00%	-
Prejuízos fiscais	-23,96%	(13.888)	-51,01%	(29.569)
Imposto sobre o lucro do exercício	3,83%	2.217	9,69%	1.916

NOTA 30 – CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, existiam os seguintes saldos relativos a contas extra-patrimoniais:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales a residentes	369.812	441.246
Créditos documentários abertos a residentes	175.614	18.800
	545.425	**460.047**
Compromissos perante terceiros		
Linha de crédito irrevogáveis a residentes	246.370	329.276
	246.370	**329.276**
Responsabilidades por prestações de serviços		
Depósito e guarda de valores - Títulos desmaterializados	4.762.137	
	4.762.137	**4.534.690**
Garantias Reais		0
Activos recebidos em garantias	17.687.514	17.311.384
	17.687.514	**17.311.384**
Outras contas extrapatrimoniais		
Créditos abatidos ao activo	38.162	38.162
Juros vencidos	106.963	72.228
Contas diversas	-2.483	1.307
	142.642	**111.697**
Total	**23.384.087**	**22.708.932**

NOTA 31 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Foram consideradas partes relacionadas do Banco:

Elementos dos Órgãos de Gestão:

Luís Filipe Rodrigues Lélis

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

Carla Monteiro do Rosário

David Luís Dupret Hopffer Almada
Manuel Jesus Costa

Entidades do Grupo BAI:

Banco Angolano de Investimentos, S.A.

Banco BAI Europa, S.A.

Baicenter - Sociedade Unipessoal, S.A.

Outras entidades relacionadas:

Sonangol Cabo Verde, S.A.

SOGEI – Soc Gestao Investimento, S.A.

Banco Sul Atlântico, S.A.

Os saldos, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, das transacções verificadas com partes relacionadas resumem-se aos seguintes:

	Elementos dos Órgãos de Gestão		Entidades do Grupo BAI		Outras entidades relacionadas	
	31-Dez-16	31-Dez-15	31-Dez-16	31-Dez-15	31-Dez-16	31-Dez-15
Activos						
Disponibilidades em OIC's	0	0	570.158	36.749	0	0
Aplicações em instituições de crédito	0	0	84.401	353.220	0	0
Crédito	0	0	0	0	173.052	197.966
Outros activos	0	0	0	6.039	125.492	125.492
	0	**0**	**654.558**	**396.008**	**298.544**	**323.458**
Passivos						
Recursos de Outras Instituições de Credito	0	0	5.358.399	5.912.397	194.063	251.266
Recursos de Clientes	14.360	23.355	29.940	15.236	5.721	13.431
Outros passivos subordinados	8.535	1.888	278.154	109.378	64.743	65.077
Outros passivos	0	0	921	20.728	0	0
	22.895	**25.243**	**5.667.414**	**6.057.739**	**264.527**	**329.775**
Proveitos						
Juros e Rendimentos Similares	0	0	1.344	580	11	0
	0	**0**	**1.344**	**580**	**11**	**0**
Custos						
Juros e Encargos Similares	1.115	639	93.817	94.211	8.042	3.831
Imparidades	0	0	0	0	10.911	46.773
	1.115	**639**	**93.817**	**94.211**	**8.042**	**3.831**
Extra-patrimoniais						
Títulos depositados	16.235	7.284	526.190	357.414	728.028	728.320
Juros vencidos	0	0	0	0	38.185	10.183
	16.235	**7.284**	**526.190**	**357.414**	**766.213**	**738.503**

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares com terceiras entidades e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

NOTA 32 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas do Banco são consolidadas pelo Banco Angolano de Investimentos, S.A., através do método integral. As contas do Banco Angolano de Investimentos, S.A., podem ser obtidas directamente na sua sede na Rua Major Kanhangulo n.º 34, Luanda, Angola.

17. Relatório do Auditor Externo

pwc

Relatório do Auditor Independente

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A. (o Banco), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de CVE 16.855.902 milhares e um total de capital próprio de CVE 1.089.282 milhares, incluindo um resultado líquido de CVE 55.746 milhares), a demonstração de resultados, a demonstração de rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no Código de Ética do IESBA.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
Perdas por imparidade de crédito a clientes *Divulgações relacionadas com as perdas por imparidade de crédito a clientes apresentadas nas notas 2.1.3, 3.1 e 9 das demonstrações financeiras do Banco*	
A significativa expressão das rubricas de crédito a clientes e das perdas por imparidade que lhes estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da Administração do Banco no que respeita à identificação, quer do momento do reconhecimento quer do correspondente montante, justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2016 o valor bruto desta rubrica ascende a CVE 7.794.442 milhares (2015: CVE 6.696.128 milhares) e as perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a CVE 355.343 milhares (2015: CVE 285.880 milhares). As perdas por imparidade são apuradas em termos individuais para as operações individualmente mais significativas, sendo que para o remanescente da carteira a imparidade é apurada em análise coletiva. • Para os clientes que apresentem exposições mais significativas avaliadas em termos do montante das suas responsabilidades, o Banco desenvolveu um processo de análise individual. Nestes casos a imparidade é apurada através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente individualmente, tendo por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão no futuro ser gerados pelo cliente para o cumprimento das suas responsabilidades ou (ii) a valorização dos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a revisão dos controlos instituídos pelo Banco no que se refere à aprovação, registo e monitorização do crédito concedido a clientes, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados no apuramento das perdas por imparidade. Estes procedimentos abrangeram, entre outros, o teste detalhado aos controlos e procedimentos de gestão do risco de crédito pelo Banco, com particular ênfase nos controlos internos subjacentes à atempada identificação, correta mensuração e registo das perdas por imparidade. Neste âmbito, os procedimentos e controlos testados compreenderam os relacionados com: (i) a atempada identificação dos clientes com indícios de imparidade ou em situação de incumprimento; (ii) a própria calculatória do modelo de imparidade definido pelo Banco, incluindo os *inputs* e pressupostos da Administração; (iii) a estimativa do valor recuperável dos colaterais, quando aplicável; e (iv) o governo interno associado ao processo de apuramento e aprovação das perdas por imparidade. Adicionalmente, por amostragem, analisámos um conjunto de clientes (incluindo alguns que não estavam identificados pela Administração como tendo indícios de imparidade ou em situação de incumprimento), com o objetivo de obter o nosso próprio julgamento sobre a existência de indícios de imparidade, e avaliar de que forma as perdas por imparidade foram

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
a sua recuperação por via da dação/execução desses mesmos colaterais. Quando decorrente da análise individual não tenha resultado qualquer perda por imparidade, essas exposições transitam para a análise coletiva, sendo-lhes aplicada uma perda por imparidade IBNR ("incurred but not reported"). • Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Banco aplica um modelo de análise coletiva para apuramento das perdas por imparidade. Quando um grupo de ativos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais desses ativos e os dados históricos relativos a perdas em ativos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Banco entende necessário, a informação histórica é atualizada com base nos dados correntes observáveis, para que esta reflita os efeitos das condições atuais.	atempadamente identificadas e reconhecidas pela Administração. Relativamente aos clientes analisados individualmente pelo Banco, para uma amostra representativa da carteira de crédito a clientes em 31 de dezembro de 2016, os procedimentos desenvolvidos consistiram em: (i) rever a documentação associada ao processo de concessão de crédito; (ii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes, e confirmar o registo desses colaterais a favor do Banco; (iii) questionar as avaliações dos colaterais que se encontravam disponíveis; (iv) apreciar a evolução das exposições; e (v) desafiar a visão dos responsáveis do Banco quanto à situação económico-financeira dos clientes e quanto à previsão de fluxos de caixa esperados do negócio dos clientes, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos. Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum *input* ou pressuposto utilizado pela Administração, procedemos a um novo cálculo do montante de imparidade e comparámos os resultados por forma a avaliar a existência de eventuais divergências. Em particular, no caso do crédito referido na Nota 9, relativo a obrigações emitidas por uma entidade, mas que se encontra em situação de incumprimento, apesar do compromisso assumido com o Banco de Cabo Verde em reforçar a imparidade até 60% em 2017, ou 100% em 2018 caso se realize o cenário de saída do Estado de Cabo Verde do capital social do emitente e/ou se verifique a degradação da situação operacional e financeira do mesmo, concluímos que a imparidade registada em 31 de dezembro de 2016 é adequada, tendo por base o valor dos colaterais associados a esta operação. Para a carteira cuja imparidade é apurada em análise coletiva, testámos uma amostra de *inputs* do modelo definido pelo Banco e avaliámos a própria metodologia de cálculo.

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
	Para esse efeito, desenvolvemos um conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pela Administração, para efeitos do modelo de imparidade, contemplavam todas as variáveis de risco por comparação ao histórico de desempenho e recuperações da carteira de crédito a clientes do Banco, às condições macroeconómicas a que cada cliente se encontra exposto, bem como ao nosso conhecimento das atuais práticas no sector. Os procedimentos desenvolvidos consistiram em: (i) apreciar a informação constante da carteira de crédito a 31 de dezembro de 2016; (ii) rever e testar a classificação dos créditos quanto à existência de indícios de imparidade ou de incumprimento; (iii) rever e testar os parâmetros de risco utilizados no cálculo da imparidade; (iv) desafiar os principais pressupostos e fontes de informação utilizadas nas recuperações futuras incorporadas no apuramento dos parâmetros de risco (por amostragem) e (v) rever e testar as recuperações históricas incorporadas no apuramento dos parâmetros de risco (por amostragem).
Valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito *Divulgações relacionadas com os imóveis recebidos por recuperação de crédito apresentadas nas notas anexas 2.12, 10 e 15 das demonstrações financeiras do Banco*	
Dada a significativa expressão dos imóveis no balanço do Banco, bem como a reduzida liquidez dos mesmos em Cabo Verde, os quais se encontram refletidos no ativo, nas rubricas de (i) "Ativos não correntes detidos para venda" e (ii) "Outros ativos", pelos valores brutos de CVE 510.313 milhares e CVE 561.707 milhares, respetivamente, constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, pois a sua valorização requer a aplicação de	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a apreciação dos controlos chave instituídos pelo Banco e a realização de testes de detalhe específicos para identificar os imóveis com indícios de imparidade e determinar os correspondentes montantes. Analisámos a valorização para a totalidade dos imóveis em carteira e, se aplicável, a

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
pressupostos e julgamentos por parte da Administração no que respeita à determinação, quer do momento do reconhecimento quer do montante, das correspondentes perdas por imparidade. De acordo com as políticas em vigor no Banco, os imóveis são objeto de avaliações periódicas, realizadas por peritos avaliadores registados na Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários ("AGMVM") do Banco de Cabo Verde, que dão origem ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações, líquido de custos de venda, seja inferior ao seu valor contabilístico. Em 31 de dezembro de 2015 os imóveis recebidos por recuperação de crédito, no montante bruto de CVE 1.077.231 milhares, encontravam-se evidenciados no ativo, na rubrica "Ativos não correntes detidos para venda". No decurso do exercício de 2016 foram reclassificados para as rubricas de "Outros ativos" e "Propriedades de Investimento" aqueles que deixaram de cumprir com os requisitos da IFRS 5 para reconhecimento naquela categoria. Em 31 de dezembro de 2016 o montante das perdas por imparidade reconhecidas nos imóveis recebidos em dação ascende a CVE 5.149 milhares (2015: CVE 5.149 milhares).	subsequente perda por imparidade registada com base nas avaliações de peritos avaliadores registados na AGMVM. Sempre que necessário, efetuámos reuniões para compreensão, entendimento e desafio dos julgamentos e pressupostos adotados na valorização atribuída aos imóveis em análise.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que

obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

10 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Carlos José Figueiredo Rodrigues

Carlos José Figueiredo Rodrigues, R.O.C.

18. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exercício de 2016

Senhores Acionistas,

1. Em cumprimento com os preceitos legais, designadamente ao estipulado no artigo 446º do Código das Empresas Comerciais e as disposições estatutárias do BAICV - Banco Angolano de Investimentos de Cabo Verde, SA, o Conselho Fiscal submete à Assembleia Geral de Acionistas, o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do BAICV a 31 de Dezembro de 2016.
2. Ao longo deste exercício o Conselho Fiscal acompanhou, com a prioridade e extensão que considerou adequados, a evolução da atividade do Banco, quer através da análise mensal das contas, do *Tableau de Bord*, das atas, bem como pelo cumprimento dos preceitos legais e estatutários aplicáveis.
3. Nos termos do Aviso nº 2/95, conjugado com o Aviso nº 5/99, o Conselho Fiscal debruçou-se ainda sobre o relatório do Sistema de Controlo Interno emanado pelo Conselho de Administração.
4. Das reuniões tidas e dos contatos com a Administração e demais estruturas do BAICV recebeu as informações e os esclarecimentos que considera necessários, e nada tendo observado em contrário às práticas geralmente aceites e que pudessem constituir de alguma forma um incumprimento deliberado das disposições legais e estatutárias.
5. Tomou conhecimento do Relatório da auditoria externa independente, cujo a opinião apresentava sem reserva e sem ênfase.
6. No âmbito das suas funções o Conselho Fiscal examinou as Demonstrações financeiras e os respectivos anexos e procedeu a análise do Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual satisfaz no fundamental, os requisitos legais da sua elaboração, conforme artigoº 164º do Código das Empresas Comerciais e permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco e que as mesmas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, normas estabelecidas para o setor e os princípios contabilísticos geralmente aceites, permitindo assim compreender a situação do BAICV.
7. No final do exercício, o BAICV apresentou na Demonstração de Resultados, um Resultado Líquido positivo de 55.746 contos e no Balanço apresentou um total do ativo liquido de 16.855.902 de contos e os capitais Próprios de 1.089.282 de contos.
8. Os resultados analisados permitem observar a boa gestão economica e financeira do BAICV, pelo que face ao exposto, o Conselho Fiscal propõe que sejam aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas as contas e o relatório de Gestão de 2016.
9. Finalmente deseja manifestar ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco o apreço pela colaboração prestadas.

Praia 01 de março de 2017.-

O Conselho Fiscal

António Borges

Margarida Carvalho

Albertino Almeida